



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 120

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 23 de Agosto próximo, às 14,30 horas no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 3.121, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 35, de 1955, no Senado Federal), que modifica o parágrafo único da Lei n.º 916, de 14 de Novembro de 1949, que dispõe sobre preferências em promoção ou melhoria para servidores públicos que tenham tomado parte em operações de guerra.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 6 de setembro próximo, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.458, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 99, de 1952, no Senado Federal), que dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e venda de terrenos para pagamento em prestações.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

16.ª sessão conjunta

1.ª sessão legislativa ordinária

3.ª legislatura

Em 23 de Agosto de 1955, às 14,30 horas,
no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

Veto (total) ao Projeto de Lei n.º 3.121, de 1953, na Câmara dos Deputados e 35, de 1955, no Senado Federal, que modifica o parágrafo único da Lei n.º 916, de 14-11-49, que dispõe sobre preferência em promoção ou melhoria para servidores públicos que tenham tomado parte em operações de guerra; tendo Relatório sob n.º 27, de 1955, da Comissão Mista designada de acordo com o artigo 46 do Regimento Comum.

Relatório n.º 28, de 1955

Da Comissão Mista designada para relatar o veto após pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 1.458, de 1951, na Câmara dos Deputados e 99, de 1952, no Senado Federal, que dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

Relator: Sr. Neves da Rocha.

O Sr. Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1.º e 87, II da Constituição Federal, em Mensagem n.º 352, de 6 de agosto corrente, comunicou ao Sr. Presidente do Senado Federal ter resolvido negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara n.º 1.458, de 1951 (no Senado, n.º 99, de 1952),

que modifica o art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, (Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações), por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

HISTÓRICO DO PROJETO

Em novembro de 1951, o nobre Deputado Lauro Cruz apresentou, na Câmara Federal, projeto de lei nos seguintes termos:

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de novembro de 1937:

“A inscrição torna bens de uso público as vias de comunicações e os espaços livres, constantes do memorial e da planta, os quais se incorporam ao patrimônio Municipal respectivos, sem quaisquer ônus para estes.

Parágrafo único. O disposto

neste artigo se aplica ao caso de logradouros e quaisquer vias de comunicação abertas ao uso público em terrenos loteados de qualquer maneira, ainda que não registrados de acordo com o referido decreto-lei, desde que o proprietário inicie as vendas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Esse projeto, que tomou o número 1.458 de 1951, foi enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da Câmara Federal, logrando obter pareceres favoráveis das aludidas comissões, com a supressão do seu parágrafo único na conformidade do pronunciamento verbal do Relator da Comissão de Transportes. Foi então, aprovado pela Câmara Federal, o projeto em tela, na forma abaixo:

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º O art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de dezembro de 1937, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º A inscrição torna bens de uso público as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta, os quais se incorporam ao patrimônio dos Municípios respectivos, sem quaisquer ônus para estes”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

A 23 de abril de 1952, foi a proposição enviada ao Senado Federal, pelo Ofício n.º 651, para ser submetida à consideração da Câmara Alta, onde tomou o número 99-52.

Ouvida a Comissão de Constituição e Justiça propôs essa Comissão, a seguinte emenda substitutiva:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937:

“A inscrição torna bens inalienáveis e de uso público, sem qualquer ônus para os respectivos Municípios, as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta”.

“§ 1.º O disposto neste artigo se aplica a quaisquer terrenos lotados em zona urbana, não sujeitos ao regime do referido decreto-lei”.

“§ 2.º Após três anos de vigência da inscrição, adquirirá o Município o domínio das vias de comunicação e dos espaços livres de que trata este artigo, mediante sentença declaratória, devidamente transcrita”.

“§ 3.º Cessada, em virtude de ato de autoridade municipal, e antes do prazo estabelecido no § 2.º, a destinação do imóvel prevista neste artigo extinguir-se-á cláusula de inalienabilidade e de uso público, mediante a obrigação de serem indenizados pelo respectivo proprietário as obras de que possa auferir utilidade, salvo se em consequência delas tiver sido cobrada a contribuição de melhoria (art. 30 da Constituição Federal)”.

A Comissão de Finanças deixou de se manifestar, em face da proposição não encerrar matéria de sua alçada.

A Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas manifestou-se favorável à emenda substitutiva proposta pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça, o eminente Senador Atílio Vivacqua.

Aprovado o projeto em tela, em plenário, na sessão de 31 de agosto de 1954 foi a Câmara dos Deputados, que o enviou, após a respectiva aprovação, à sanção presidencial.

RAZÕES DO VETO

O Sr. Presidente da República fundamenta o seu veto com as seguintes considerações:

"O art. 3.º do citado projeto, que regula o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, prescreve que a inscrição inalienáveis, por qualquer título, as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta".

Ressalta que "o Decreto n.º 3.079, de 15 de novembro de 1938 adicionou ao referido art. 3.º o parágrafo único, assim redigido:

"Parágrafo único — Inscrita a modificação de arruamento a que se refere o art. 1.º, § 5.º, cancelar-se-á a cláusula de inalienabilidade sobre as vias de comunicação e os espaços livres da planta modificada, a qual passará a gravar as vias e espaços abertos em substituição".

Acentua ainda que a nova redação do projeto, tornando as vias de comunicação e os espaços livres bens inalienáveis e de uso público, não resolve a questão relativa à definição de espaços livres, "que tem sido objeto de controvérsia na interpretação da lei atual", desde que somente os espaços livres destinados às praças, à utilização pelas municipalidades e a outras finalidades de uso comum é que se tornam inalienáveis, mas, ressaltando ainda, que "os espaços livres destinados ao prosseguimento do loteamento e outros fins particulares não podem ser considerados inalienáveis nem de uso público".

Alega, por outro lado, S. Ex.ª que: "o parágrafo 1.º do projeto, torna também inalienáveis e de uso público as vias de comunicação e espaços livres de qualquer loteamentos não sujeitos ao regime do Decreto-lei n.º 53, de 1937".

Considera o parágrafo 2.º como inútil, contraditório e inconveniente, quando dele se conclui que as vias de comunicações se tornam bens de uso público, desde que o mesmo parágrafo estabelece que só após três anos de vigência da inscrições os Municípios adquirirão o domínio sobre esses bens, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Ressalta, mais adiante: "o parágrafo 3.º fixa que, cessada a destinação do imóvel por ato da autoridade municipal, extingui-se-á a cláusula de inalienabilidade e de uso público mediante indenizações".

Não julga aconselhável o dispositivo, pois que a legislação vigente re-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 126,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 30,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por dois meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

gula com clareza a matéria, quando prevê a modificação do loteamento e estabelece a sub-rogação da inalienabilidade que pesava sobre as vias projetadas e que se transferem para as novas vias resultantes da modificação do arruamento.

Salienta ainda a mensagem presidencial que os proprietários de loteamentos costumam doar ou ceder aos Municípios espaços para construção de escolas e que muitas vezes as Prefeituras aproveitam esses espaços para jardins e instalação de serviços municipais.

Nessa hipótese, os proprietários poderão reivindicar os espaços doados

para os fins pre-determinados, em zonas muito valorizadas, com graves prejuízos para os poderes públicos pelas desapropriações e consequentes indenizações, além de que, acentua ainda S. Ex.ª, a transformação em logradouros públicos de vias particulares, na zona urbana, sem atender aos preceitos da legislação específica aos Municípios, importa em ônus para o erário municipal, com a obrigação de calçamento, meios fios, canalização de águas e esgotos, etc., quando tais obrigações em vias particulares são dos respectivos proprietários.

Tais foram as principais razões aduzidas por S. Ex.ª para negar

apóio ao projeto em tela, considerando-o contrário aos interesses nacionais.

O veto foi aposto dentro do prazo constitucional, estando assim, o Congresso em condições de apreciá-lo, na forma da lei.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1955. — Atílio Vivacqua, Presidente. — Neves da Rocha, Relator. — Virgílio Santa Rosa. — Lauro Cruz

ATA DA COMISSÃO MISTA — DESIGNADA PARA RELATAR O VETO APOSTO PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PROJETO DE LEI N.º 1.452, DE 1951, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E 99, DE 1952, NO SENADO FEDERAL, QUE "DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 3.º DO DECRETO-LEI N.º 53, DE 10 DE ZEMBRO DE 1937, QUE DISPOZ SOBRE O LOTAMENTO E A VENDA DE TERRENOS PARA PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES"

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1955

Aos desessete dias do mês de agosto de 1955, às 16 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Atílio Vivacqua, Presidente, Neves da Rocha, Relator, Waldir Boudid, Virgílio Santa Rosa, Lauro Cruz e Maranhães Mello, reuniu-se esta Comissão Mista designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 1.452, de 1951, na Câmara dos Deputados e 99, de 1952, do Senado, que "dá nova redação ao art. 3.º do Decreto Lei n.º 53, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações".

Foi lida sem alteração aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Neves da Rocha, Relator do veto, que lá seu parecer expositivo do histórico do projeto em seu aspecto formal, da tempestividade e das razões do veto, que sem debates aprovado e assinado.

O Sr. Presidente antes de encerrar os trabalhos, agradece a presença de seus pares e em particular ao Sr. Relator pela clareza e concisão do relatório fazendo dele ressaltar os motivos, repercussão e consequência do veto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário a presente ata que, depois de lida e achada conforme, é aprovada e assinada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões Comissões Permanentes

Diretora

Nereu Ramos — Presidente.

Gomes de Oliveira — 1.º Secretário.

Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.

Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.

Ezechias da Rocha — 4.º Secretário.

Maynard Gomes — 1.º Suplente.

Prisco dos Santos — 2.º Suplente.

Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

De Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.

Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente.

Armando Câmara.
Atílio Vivacqua.
Benedito Valadares.
Daniel Krieger.
Gilberto Marinho.
Jarbas Maranhão.

Kerginaldo Cavalcanti.

Lourival Fontes.

Ruy Palmeira.

(*) Substituído pelo Sr. Novaes Filho.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Economia

Fernandes Távora — Presidente.

Juracy Magalhães — Vice-Presidente.

Julio Leite.

Sé Tinoco.
Lima Teixeira.

Tarciso Miranda.

Alô Guimarães.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.

Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.

Sílvia Curvo.

Apolônio Sales.

Bernardes Filho.

Guilherme Malaquias.

Armando Câmara.

Secretário — Francisco Soares Aranda.

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Kerginaldo Cavalcanti — Vice-Presidente.

Vivaldo Lima.

Ary Vianna.

Armando Câmara.

Heltor Medeiros.

Neves da Rocha.

Secretário — Julieta Ribeiro de Santos.

Reuniões — Sextas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novaes Filho — Presidente.

Filinto Müller — Vice-Presidente.

Neves da Rocha.

Ary Viana.

Colômbia Bueno.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente (****)
Cesar Vergueiro — Vice-Presidente
Alberto Pasqualini.
Victorino Freire. (****)
Parsifal Barroso. (****)
Mathias Olympio.
Juracy Magalhães.
Lino de Matos.
Julio Leite.
Dinarte, Mariz. (*)

Domingos Velasco.
Othon Mader.
Novaes Filho.

Paulo Fernandes.
Filinto Müller. (**)
Onofre Gomes.
Mourão Vieira.

(*) Substituído pelo Sr. João Arruda.

(**) Substituído pelo Sr. Heitor Medeiros.

(***) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.

(****) Substituído pelo Sr. Waldyr Bouhy.

(*****) Substituído pelo Sr. Alfredo Dualibe.

PARA AS SUPLENCIAS

Ary Vianna.

Lucio Bittencourt.

Daniel Krieger.

Bernardes Filho.

Kerginaldo Cavalcanti.

Armando Câmara.

Secretário — Renato Chermont.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

De Redação

1 — Julio Leite — Presidente.

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.

3 — Alô Guimarães.

4 — João Villasbôas.

5 — Saulo Ramos. (*)

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente

Othon Mader — Vice-Presidente.

Guilherme Malaquias.

João Arruda.

Lino de Matos.

Ruy Carneiro.

Sebastião Archer.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões — Quintas-feiras, às 18 horas.

Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho

Lourival Pontes.

Ruy Palmeira.

Moura Andrade.

Mathias Olympio.

João Villasbôas.

Benedicto Valladares.

Secretário — J. B. Castejon Branco

Reuniões — Quartas-feiras.

Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.

2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

3 — Guilherme Malaquias

4 — Leonidas Melo. (*)

5 — Pedro Ludovico. (**)

(**) Substituído interinamente pelo Senador Mendonça Clark.

(***) Substituído interinamente pelo Senador Costa Pereira.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Calado de Castro — Vice-Presidente.

Magalhães Barata.

Ary Vianna.

Silvio Curvo.

Parsifal Barroso. (*)

Lino de Matos.

(*) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.

Secretário — Romilda Duarte.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão Mista de Reforma Eleitoral

Senador Cunha Mello — Presidente.

Senador Rui Palmeira — Vice-Presidente.

Deputado Ulysses Guimarães — Relator.

Senadores:

Atílio Vivacqua.

Lucio Bittencourt.

Filinto Müller.

Alô Guimarães.

Deputados:

Ernani Sátiro.

Colombo de Souza.

Oliveira Brito.

Pereira Filho.

Raimundo Brito.

Secretário: Marília Pinto Amado

Comissão de Inquérito para apurar fatos relativos à liberação da Química Bayer Limitada.

Senador Cunha Mello — Presidente.

Senador Alvaro Adolpho — Vice-Presidente. (*)

Senadores Guilherme Malaquias e Argemiro Figueiredo — Relatores.

Senador Ezechias da Rocha. (**)

Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Senador Pedro Ludovico. (***)

(*) Substituído pelo Sr. Ruy Carneiro.

(**) Substituído pelo Sr. Atílio Vivacqua.

(***) Substituído pelo Sr. Sá Tinoco.

Secretário — Romildo Gurgel.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Lima Teixeira — Presidente.

Julio Leite — Vice-Presidente.

Paulo Fernandes — Relator.

Ruy Carneiro.

Othon Mader.

Kerginaldo Cavalcanti.

Lucio Bittencourt — Relator.

Heitor Medeiros.

Julio Leite.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

De Mudança da Capital

Colômbia Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator

Alberto Pasqualini.

Lino de Matos.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões — Quintas-feiras.

De Estudo da aplicação do empréstimo contraído pelo Brasil no Export and Import Bank.

Mathias Olympio — Presidente.

Maynard Gomes — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.

Daniel Krieger.

Paulo Fernandes.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

De Reforma Agrária

Ruy Palmeira — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Comissão de Reforma Constitucional

Cunha Mello — Presidente.

Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.

Kerginaldo Cavalcanti — Relator

Apolonio Salles.

Benedito Valadares.

Gilberto Marinho.

Lourival Pontes.

Lima Teixeira.

Argemiro Figueiredo.

Ruy Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Armando Câmara

Lucio Bittencourt.

Jarbas Maranhão.

Carlos Lindemberg.

Daniel Krieger.

Atas das Comissões

Ata da Comissão de Segurança Nacional

(5ª REUNIAO EM 16 DE JULHO DE 1955)

As 16 horas, do dia 16 de julho de 1955, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Calado de Castro, reuniu-se a Comissão de Segurança Nacional, presentes os Srs. Fausto Cabral, Ary Vianna e Sylvio Curvo.

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Waldyr Bouhy, Onofre Gomes e Antônio de Barros. É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Com a palavra o Sr. Calado de Castro relata pavoravelmente o Projeto de Lei da Câmara, n.º 116, de 1955, que revoga a letra "g" do art. 10 do Decreto-lei n.º 5.625, de 1943, cujo parecer é unanimemente aprovado pela Comissão.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Sylvio Curvo para emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 33, de 1950, que dispõe sobre a recondução ao serviço, de funcionários civis e militares, e dá outras providências.

O relator propõe que o estudo da matéria convertido em diligência a fim de que seja novamente ouvido o Ministério da Guerra de vez que a informação prestada por este órgão data de cinco anos.

A Comissão unanimemente concorda com a proposta do Sr. Sylvio Curvo.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu Romilda Duarte, secretária da Comissão, a presente Ata que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Finanças

19ª REUNIAO, EM 13 DE JULHO DE 1955

As 10 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Cesar Vergueiro, presentes os Srs. Fausto Cabral, Julio Leite, Mourão Vieira, Domingos Velasco, Paulo Fernandes, Waldyr Bouhy, Juracy Magalhães, Novaes Filho e Alberto Pasqualini, reúne-se a Comissão de Finanças do Senado Federal. Comparece mais o Sr. Alfredo Dualibe, designado para substituir o Sr. Victorino Freire. Deixam de comparecer os Srs. Othon Mader, Mathias Olympio, Heitor Medeiros, Ary Vianna e João Arruda. É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente anuncia a seguinte distribuição.

Ao Sr. Domingos Velasco o Projeto de Lei da Câmara n.º 282, de 1953, que cria cargos de capelães militares na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dá outras providências; o Projeto de Lei da Câmara n.º 301, de 1953, que extingue o cargo de Diretor, padrão L, no Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Projeto de Lei da Câmara n.º 99, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.797.458,70 para regularização de feitos no exercício de 1952, que foram pagas além do crédito próprio.

Ao Sr. Heitor Medeiros o Projeto de Lei da Câmara n.º 91, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.800,00 para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 1955, que aprova, com o aditamento, o contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e Oddone Marzili.

Ao Sr. Ary Vianna o Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00 para atender a despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos realizados no ano letivo de 1952; o Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50 para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatísticas da Educação e Cultura; o Projeto de Lei da Câmara n.º 90, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00 para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrela, como indenização de serviços prestados à administração pública e o Projeto de Lei da Câmara n.º 94, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.912,00, destinado ao pagamento devido ao tesoureiro-auxiliar Francisco de Assis Carvalho Jr. e correspondente à diferença dos seus vencimentos.

Ao Sr. Mourão Vieira o Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Justino Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Poconé. Ao Sr. Paulo Fernandes o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1952, que dispõe sobre a construção, na Capital Federal, do Palácio da Justiça.

Ao Sr. Alfredo Dualibe o Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1955, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S.A. e o Projeto de Decreto

Legislativo n.º 25, de 1955, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma importadora Técnica Rio Mar Ltda.

— ao Sr. Fausto Cabral o Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Governo Territorial Federal do Rio Branco e a firma Tekton S. A.; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento e a firma Sarc S. A.; importação e comércio; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1954, que aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Boca Ltda.; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Armas R. Guerra Ltda.

— ao Sr. Juracy Magalhães o Projeto de Lei da Câmara n.º 198, de 1954, que concede isenção de todos os tributos para máquina importada e a ser importada pela C.A. de Fiação e Tecelagem de Jutá; o Projeto de Lei da Câmara n.º 65, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.865.000, para atender ao pagamento dos seus servidores, de diárias relativas ao exercício de 1953; o Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 428.500.000, para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis a manutenção do tráfego da Rede Mineira de Viação; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1955, que aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951 e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1955, que aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1952;

— ao Sr. Novais Filho o Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1954, que aprova o termo do acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio Grande do Norte; o Projeto de Lei da Câmara n.º 122, de 1955, que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alice Cohen Fischer, viúva do professor catedrático Christiano Felipe Fischer; o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1955, que estende, até 1958, o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de Setembro de 1952, para atender às despesas com o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Geral de Construção Elétrica; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1955, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Luiz Bezerra de Oliveira e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 1955, que autoriza o termo de contrato celebrado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Clodoaldo de Oliveira Camargo.

O Sr. Presidente faz ainda a seguinte redistribuição:

— ao Sr. Alberto Pasqualini o Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1953, que submete a criação de função pública ao princípio aplicado em relação aos cargos públicos, e dá outras providências e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 69, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Brasileira de Construções S. A.

Inicialmente o Sr. Ary Viana emite os seguintes pareceres:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 108, de 1955, que auto-

riza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.506,90, para pagamento de contratuções devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 110, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.611,00, para ocorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao enfermeiro Odiseia Brito Mangueira;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 97, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para pagamento de honorários de advogados do Colégio Pedro II — Externato;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 109, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 814.400,00, para pagamento de honorários de professores do Colégio Pedro II — Externato;

— contrário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1955, que estabelece paridade de vencimentos entre os funcionários das fábricas de explosivos do Exército e asseguira maior salário de insalubridade a seus operários.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, tendo o Sr. Domingos Velasco declarado ser de opinião que, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 13, de 1955, não deveria a Comissão de Finanças opinar a respeito.

O Sr. Fausto Cabral lê parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 66, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 621.550,00, para ocorrer a despesas com o pagamento de diárias a médicos civis que integram Juntas Militares de Saúde.

Em seguida o Sr. Domingos Velasco oferece parecer favorável:

— ao Projeto de Lei da Câmara número 115, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00 em reforço da Verba 1 — Consignação 3 — Subconsignação 09, do vigente Orçamento, e

— ao Projeto de Lei da Câmara número 111, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 4.300.000,00, destinado à aquisição pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de 5 motores Diesel e ao reparo de 3 máquinas com que a mesma Corporação presta serviços nas ilhas e na Baía de Guanabara.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

O Sr. Júlio Leite usa da palavra para ler telegrama que recebeu do Sr. Othon Mader, no qual solicita que relate o Projeto de Lei da Câmara n.º 64, de 1955, que concede a inclusão da Escola Superior de Química do Paraná entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 3.500.000,00, de acordo com o disposto no art. 16, da Lei n.º 1.254, de 4-12-1950.

O Sr. Presidente, depois de consultar a Comissão, redistribui o referido projeto ao Sr. Júlio Leite, que, em seguida emite parecer favorável, que é aprovado pela Comissão.

O Sr. Paulo Fernandes apresenta os seguintes pareceres:

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 51, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Marinha e a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul Ltda.;

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 78, de 1954, que apro-

va o acordo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe;

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 1954, que aprova o acordo celebrado entre o Departamento de Administração da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe;

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Marins do Rêgo;

— contrário ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 1954, que aprova o termo do contrato celebrado entre a Divisão do Departamento de Administração e a firma S. Mancini & Cia. Ltda.

Os pareceres são, unanimemente, aprovados pela Comissão.

O Sr. Juracy Magalhães dá parecer:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 56, de 1954, que concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para equipamento importado pela firma Eltre Metalúrgica de Abrasivos Salto Ltda.;

— contrário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 294, de 1953, que concede isenção de direitos de importação taxas aduaneiras e mais tributos para asfalto a ser importado pelo Estado de Alagoas;

Contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 89, de 1954, que regula a situação dos servidores contratados de repartições federais, estaduais, municipais e autarquias.

A Comissão aprova os pareceres.

Prosseguindo o Sr. Domingos Velasco usa da palavra para chamar a atenção de seus pares sobre o número de Projetos de Decreto Legislativo, referentes a celebração de contratos, distribuídos à Comissão de Finanças, acarretando o acúmulo de serviço para este órgão técnico. Acharde que sobre tais matérias, é suficiente o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, sugere que o Sr. Presidente da Comissão de Finanças entre em contato com a Mesa do Senado, a fim de ser sustada a distribuição à Comissão de Finanças dos referidos projetos.

O Sr. Presidente declara, então, que entrará em entendimentos com o Sr. Presidente da Casa, a fim de deliberar a respeito.

O Sr. Domingos Velasco lê, também, parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 200, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à conferência de Nossa Senhora da Abadia da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Pires do Rio, no Estado de Goiás.

Finalmente o Sr. Mourão Vieira oferece parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1955, que aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Legação Brasileira de Assistência. O parecer é aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chearmont, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

20.º REUNIAO, EM 27 DE JULHO DE 1955.

A's 10 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Cezar Vergueiro, presentes os Srs. Mathias Olympio, Domingos Velasco, Novais Filho, Alberto Pasqualini, Alfredo Dualibe, Fausto Cabral, Waldir Bouhyd, Juracy Magalhães, Antônio de Barros Filho e Paulo Fernandes, reúne-se a Comissão de Finanças. Deixam de comparecer os Srs. Heitor Medeiros, Mourão Vieira, Ary Vianna, Júlio Leite e Othon Mader.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Sr. Novais Filho oferece os seguintes pareceres:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 122, de 1955, que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alice Cohen Fischer, viúva do professor catedrático Christiano Felipe Fischer;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Luiz Bezerra de Oliveira;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1955, que estende, até 1958, o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de Setembro de 1952, para atender às despesas com o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Société Generale de Constructione Elétriques;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio Grande do Norte;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1955, que aprova o termo do contrato celebrado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Clodoaldo de Oliveira Camargo.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

O Sr. Mathias Olympio dá parecer favorável:

ao Projeto de Lei da Câmara número 148, de 1954, que cria, na 2.ª Região da Justiça do Trabalho, um junta de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

Aa Projeto de Lei da Câmara número 98, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 570,00, para pagamento de gratificação ao detista, referenciado 22, lotado no Colégio Pedro II — Externato, Antônio da Silva Leite.

A Comissão aprova os pareceres. Com a palavra o Sr. Juracy Magalhães lê parecer contrário aos projetos:

Projeto de Lei do Senado n.º 52, de 1949, que dispõe sobre operações de câmbio manual e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1955, que prevê o uso de automóveis oficiais e dá outras providências. Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Também o Sr. Juracy Magalhães apresenta parecer favorável, com apresentação de um substitutivo, ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 1954, que determina sobre o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Resolução que aprova o ato do Tribunal de Contas, dando registro à escritura pública de doação em pagamento, celebrado entre a Superintendência de Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e Clevelandia, Indústria e Territorial Ltda. O parecer é aprovado pela Comissão.

O Sr. Alberto Pasqualini emite seguintes pareceres:

Contrário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 169, de 1954, que permite conversação de licença especial e conversão de licença especial em prêmio pecuniário.

Ao Projeto de Lei da Câmara número 59, de 1952, que estabelece vantagens para os servidores civis e militares, reintegrados por efeito da Lei n.º 1.050, de 3-1-1950, concluindo já as providências preliminares as Comissões de Serviço Público Civil e Segurança Nacional.

Ao Projeto de Lei do Senado número 31, de 1954, que cria o Instituto Químico-Farmacêutico da Previdência Social, concluindo, seja preliminarmente ouvida a respeito a Comissão de Constituição e Justiça.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Em seguida o Sr. Fausto Cobrel apresenta favorável parecer aos projetos:

Projeto de Decreto Legislativo número 95, de 1954, que aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ebra Ltda.;

Projeto de Decreto Legislativo número 24, de 1955, que aprovado contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Limitada.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Finalmente o Sr. Heitor Medeiros dá parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 91, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.803,00, para atender ao pagamento de bolsas de estudos concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional.

A Comissão aprova o parecer. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Inscrição de oradores para a 86.ª Sessão em 24-8-55.

1.º — Senador Lourival Fontes

85.ª SESSÃO DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 22 DE AGOSTO DE 1955.

PRESIDENCIA DOS SRS.: NEREU RAMOS, FREITAS CAVALCANTI E CARLOS LINDENBERG.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Melo. — Acrísio Corrêa. — Alfredo Dualibe. — Públio de Mello. — Mathias Olympio. — Onofre Gomes. — Parsifal Barroso. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cabalcanti. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Júlio Leite. — Maynard Gomes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivacqua. — Sa Tinoco. — Tarcsio Miranda. — Guilherme Malaquias. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Bernardes Filho. — Benedito Valadares. — Costa Pereira. — Mário Motta. — João Villasboas. — Heitor Medeiros. — Alô Guimarães. — Nereu Ramos. — Daniel Krieger (37)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O SR. 3.º SECRETARIO:

No exercício de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 2.º SECRETARIO:

No exercício de 1.º, lê o seguinte

Expediente

Mensagens:

— Três, do Sr. Presidente da República, sob números 257, 258 e 255, devolvendo ao grafos dos Projetos de Leis da Câmara números 32, de 1953,

33 e 98, de 1955, respectivamente, já sancionadas;

Ofícios:

— Da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara n.º 339, de 1955, já sancionado;

— Seis da mesma Casa do Congresso, sob números 1.668, 1.669, 1.672 e 1.661, encaminhando respectivamente, autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara N. 154, de 1955

(N.º 11-B, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Denomina "Delmiro Gouveia" a atual barragem construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' denominada "Barragem Delmiro Gouveia" a atual obra de arte desse gênero construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Projeto de Lei da Câmara N. 155, de 1955

(N.º 50-A, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo 27, do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9-12-54).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros) em reforço da seguinte dotação do Anexo n.º 27 — Poder Judiciário, Orçamento para 1955 (Lei n.º 2.368, de 9-12-54):

Verba 1 — Pessoal.

Consignação 6 — Diversos.

Subconsignação 01 — Substituições 03 — Justiça do Distrito Federal. 01 — Tribunal de Justiça.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara N. 156, de 1955

(N.º 357-B, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do 250.º aniversário da elevação de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, à categoria de vila.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do transcurso do 250.º aniversário da elevação de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, à categoria de vila.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Projeto de Lei da Câmara N. 157, de 1955

(N.º 452-A, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 1.509.68,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União para 1955.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 1.509.68,00 (um milhão, quinhentos e nove mil seiscentos e quarenta e oito cruzeiros), em reforço da seguinte dotação consignada no Orçamento Geral da União para 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de Dezembro de 1954, para o exercício de 1955):

Verba 1 — Pessoal.

Consignação 3 — Vantagens.

Subconsignação 09 — Gratificações de representação.

05 — Justiça do Trabalho.

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

01 — 1.ª Região.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 10 de agosto de 1955.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara N. 158, de 1955

(N.º 451-A, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União, para ocorrer as despesas com junções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho, 1.ª Região, — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em reforço da seguinte dotação, estipulada no Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368 de 9 de dezembro de 1954) para o exercício de 1955:

Verba 1 — Pessoal.

Consignação 3 — Vantagens

Subconsignação 01 — Funções gratificadas.

05 — Justiça do Trabalho.

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação de Julgamento.

01 — 1.ª Região.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara N. 159, de 1955

(N.º 99-B, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma

série de selos postais comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo, difigido pelos Irmãos Maristas.

Art. 2.º A fim de proporcionar ampla e eficaz divulgação desta comemoração, os selos de que trata o art. 1.º serão destinados aos serviços postais comum e aéreo.

Art. 3.º A quantidade da impressão e taxas ficarão a critério do órgão competente, observada a orientação que vem sendo adotada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos em circunstâncias iguais.

Art. 4.º Da impressão poderá constar os retratos do Colégio primitivo e atual, com a legenda característica da comemoração.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 10 de agosto de 1955.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, primeiro orador inscrito.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, como um dos representantes da Bahia no Senado da República, cabe-me nesta oportunidade em que se comemora o centenário do nascimento do insigne baiano João Joaquim Seabra, o dever de lembrar a honraria de uma memória do notável estadista, relembrar os traços marcantes da sua personalidade, cuja vida, dedicou o melhor dos seus esforços, no combate sem tréguas, ao despotismo, à tirania, aos arrogantes da força e aos desmairados dos poderosos.

O seu acentuado idealismo, o amor à Liberdade o culto ao Direito, faziam-no o gigante das grandes causas, pois costumava dizer, que no dia em que perdesse as ilusões na República e na Liberdade, voltaria à sua cadeia na Faculdade de Direito do Recife, para lá, ignorado e esquecido, acabar os seus dias cobertos pela boca, porque encontraria no peito da mocidade um reduto invencível em cujo seio terminaria os seus dias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, descrever a marcha luminosa da vida de Seabra, não é tarefa das mais fáceis e nem se comportaria no exíguo tempo que me está reservado. Todavia, de relance, em visão de conjunto, da vida deste insigne baiano, que amou a Bahia, terra dos seus encontros e motivo das suas vibrantes orações, encontrarei a estrada onde possa deprever a sua fulgurante trajetória com os mais assinalados serviços prestados à Pátria.

Na data de ontem, Sr. Presidente, 21 de agosto de 1955, em todo o país realizaram-se comemorações em homenagem ao centenário do nascimento do hemérito brasileiro J. J. Seabra, cuja sequência como homem público deixa, sem dúvida, na nossa história um traço de luz e um sentido realístico do papel preponderante que inegavelmente marcou a sua vida, a sua obra, e seu acendrado amor a pátria e a vibrante carreira como professor de direito, como político e como eficiente administrador.

Nascido em Salvador, no Distrito dos Marcos, a 21 de agosto de 1855, filho de José Joaquim Seabra e D. Leopoldina Alves Seabra, o ilustre bahiano depois de ter cursado o Colégio do Dr. Guilherme Pereira Rebelo e Dr. Urbano Morte, na Bahia, aos 18 anos matriculava-se na Faculdade de Direito do Recife, onde se destacaria mais tarde pelas qualidades excepcionais, sobretudo pela dedicação aos estudos, demonstrado nos cinco anos de curso jurídico que com brilhantismo se destacou. Completando os estudos jurídicos a 5 de novembro de 1877, a 7 do mesmo mês e ano era nomeado Promotor Público da Capital de sua Província, Salvador, função que exerceu até março de 1887, quando retornou a Recife para tomar posse na Cadeira do lente substituto da famosa Faculdade, por nomeação do Governo Imperial, sustentando tese pouco tempo depois, e obtendo o grau de Doutor em Direito, para entrar em concurso, tendo sido aprovado de maneira distinta, no maior grau de aprovação em defesa de tese, que raramente a Faculdade conferiu a outro qualquer.

Era o Dr. José Joaquim Seabra professor acatado e respeitado entre os alunos, pela bravura de suas atitudes e pelo alto critério com que se impunha perante todo o professorado. Mas, a sua vocação era a política e, por isso mesmo, antes da proclamação da República, já se havia candidato à Câmara dos Deputados nas eleições gerais de 1888, restando em todo o Império, concorrendo como candidato avulso pelo segundo Distrito da Capital da Bahia. Em realidade foi Seabra quem iniciou no Brasil a prática dos comícios populares em propaganda eleitoral, realizando-se no Politêama Bahiano o primeiro comício que se revestiu da máxima imponência e ao qual esteve presente o velho e combativo tribuno Cezar Zama, que muitas vezes aparteara Seabra com o fito de desmorteá-lo, não o tendo conseguido entretanto, pela agilidade demonstrada nos debates e a precisão com que rebatia os argumentos.

Proclamada a República, candidatou-se a Constituinte, percorrendo vários municípios da Bahia, sendo finalmente eleito.

Instalada a Constituinte, logo no primeiro discurso revelou-se um grande orador e eficiente parlamentar, nos debates das proposições apresentadas e no vivo interesse demonstrado pelas justas soluções.

Em 1909 colocou-se Seabra contra a candidatura de Ruy Barbosa a Presidência da República sustentando a de Hermes da Fonseca.

Gagando o Governo da Bahia, sofreu, em represália, tenaz oposição do genial brasileiro. Mais tarde, entretanto, Seabra, não guardando ressentimentos iria lutar pela candidatura de Ruy Barbosa, agora em oposição a de Venceslau Braz.

Todavia, os choques constantes na política bahiana iria colocar Ruy Barbosa novamente contra a candidatura de Seabra para Governador, o que não o impediu de se eleger, dada a circunstância de ter realizado uma campanha de propaganda eficiente, com irradiação por todo o Estado.

Ruy, entretanto, em sinal de protesto, renunciou a sua cadeira de Senador, com o que não se conforma Seabra, e num gesto de fidelidade autoriza seu partido a não apresentar outro candidato e manda reeleger Ruy Barbosa, num justo de reconhecimento ao valor e às virtudes do grande tribuno brasileiro.

A vida acidentada de Seabra, como político, enfrentando corajosamente toda a sorte de peleja não lhe tirava as qualidades de homem público, cuja palavra empenhada constituía um compromisso irretirável, cujo coração magnânimo cedia sempre, perdendo o adversário da véspera.

O historiador Borges de Barros, já acentuava que Seabra era o granele e intrépido general que no momento da refrega enfrentava todos os derroços, não recuando jamais, por mais intensa que fosse a fuzilaria; quando o combate cessava esquecia logo os golpes recebidos. Perdoava com a maior facilidade aos seus mais atrevidos agressores; perdoava até aos reincidentes nas ofensas cruéis a sua pessoa.

“Um dos característicos de seu espírito é o pesar que o domina sempre que se vê na contingência de contrariar um correligionário, ainda que a isso seja impellido por justos motivos. E só quando o grande lutador revela fraqueza”.

Outra particularidade de seu caráter: a ninguém convidava para acompanhá-lo nos seus lances políticos, maxime nos mais arriscados, assim como era seu hábito que o amigo lhe adivesse os pensamentos.

Na opinião de Agamenon Magalhães, o traço mais curioso da sua personalidade era que “lutava como um leão para conquistar o poder e não para ficar no poder”. Era um homem de luta, revolucionário tomava parte em todas as conspirações. Não sabia o que era comodismo nem habilidade para conservar-se no governo”.

Eis a razão dos revezes que sofria, muito embora fosse o mesmo homem quer no poder ou no ostracismo.

Entre avanços e desilusões, toma a deliberação de acompanhar Deodoro da Fonseca, o qual prestigiu no golpe de estado, colocando-se, assim, com essa atitude, contra o General Floriano Peixoto, em violenta oposição, por quem aliás foi preso e a seguir desterrado.

O ânimo combativo é sempre o mesmo, não desanima nem se desencoraja.

Terminada a revolução e decretada a anistia, voltou Seabra. E incluiu na chapa de deputado e vem apoiar o governo de Prudente de Moraes, ficando como líder da maioria.

Apóia o governo de Campos Sales onde se fixa, também, como líder da maioria na Câmara.

Tendo Rodrigues Alves assumido o governo, convicia Seabra para Ministro do Interior e Justiça, onde se revelou um excelente administrador, convidando Oswaldo Cruz para a Saúde Pública e dando o maior apoio nas obras de saneamento do Rio de Janeiro. Por outro lado, reorganizou a Polícia Civil do Distrito Federal, o Ensino Secundário, reformou a velha Faculdade de Direito do Recife, e voltando as suas vistas para a Faculdade de Medicina da Bahia. Ademais, solicita ao Presidente mandasse o Ministro da Viação contratar as obras do Porto da Bahia. E atendido e o Dr. Lauro Müller autoriza o início dos trabalhos.

Ao assumir o governo o Marechal Hermes da Fonseca, nomeia Seabra para a Pasta da Viação e nessa oportunidade estimulou as obras da Avenida Jequitiaia, na Bahia, pois nunca se esqueceu da sua terra natal mesmo nas culminâncias do poder.

Governador da Bahia de 1912 a 1916 e de 1920 a 1924, Seabra desenvolveu um grande programa de realizações, traçando um plano vestissímo que certamente daria trabalho para muitos quadriênios, por força da sua operosidade, ficando inteiramente concluída a Avenida 7 de Setembro, todas as canalizações para esgoto de águas pluviais, instalações de luz elétrica, prédios escolares, Imprensa Oficial e muitas outras obras importantes.

Há uma fase na vida política de Seabra que é muito discutida, justamente quando se processara o bombardeio da Bahia, causado por uma decisão judicial em favor da Assembléia Estadual, impedida de reunir-se pelo governo de então, época em

que Seabra ainda era Ministro da Viação.

No decorrer da vida parlamentar de Seabra, onde sempre se revelou um tribuno combativo e eficiente, destaca-se a sua eleição para Senador da República, eleito com grande margem pelo Estado de Alagoas, sofrendo, entretanto, um esbofio pois os seus adversários cujo número tornavam na situação dominante na Bahia, não pouparam esforços no sentido de anular o diploma tão brilhantemente conquistado.

Deputado Federal várias vezes e Senador que exerceu o mandato, eleito pela Bahia, Seabra fora sempre um ardoroso defensor dos princípios democráticos, pois não tolerava a tirania nem se conformava com os governos de opressão. A sua palavra, fluente, e que se caracterizava pela crítica construtiva e vibrante deralhe sempre ensino a que os seus discursos provocassem debates acalorados em que mais se ressaltava o orador inflamado em defesa da Liberdade e contra a Tirania.

Fez parte da revolução de 30 com a Aliança Liberal, apoiando Dr. Getúlio Vargas.

Em 1934, elege-se deputado Federal pela Bahia, distinguindo-se no Congresso Nacional pela grande autoridade como parlamentar e homem público, possuidor de grande reserva moral, porque Seabra era de fato um homem com excelsas qualidades morais. Em carta que certa feita escrevera do exílio, disse: “A honra não é só patrimônio de quem a possui, mas também da família a que se pertence, eu a que se deu o nome, a da terra onde se nasceu”.

Em 1935, na Câmara, Seabra, já com 80 anos era cercado de todo o respeito e consideração do Congresso. Quando pedia a palavra para discursar não perdia a oportunidade para combater no bom combate os erros do desmando, sempre tendo uma frase sutil, envolvendo ironia, ou deão, em riste, profligando desacertos e convocando os parlamentares para uma ação conjunta em defesa da Democracia.

Foi naquela oportunidade que teve maior contacto com o velho político bahiano, pois era também deputado. Era ele o mais velho parlamentar na Câmara de 1935 e eu era o mais novo. Pude então observar de perto as qualidades e as virtudes que exalçavam a figura singular do velho tribuno que quanto mais apartado tanto mais achava oportunidade para desenvolver a sua crítica, vezes castigante e outras vezes, com um sentido moderado mas que encerrava uma dura verdade atingindo o objetivo que tinha em mira. Quase sempre, quando ocupava a tribuna, tinha uma palavra de aprêço ao Presidente Antônio Carlos que dirigia os trabalhos da Câmara com a sua alta autoridade de tradicional político mineiro.

Seabra, Sr. Presidente, mesmo em idade tão avançada, não perdia o tino político nem se esquecia dos seus amigos, pois, de quando em vez, na tribuna, estava a defender um amigo coagido ou perseguido por questões de ordem política, ou, invariavelmente, estava a combater os abusos do Poder.

Evidentemente, carradas de razão tinha o Dr. Joaquim Salles, ilustre jornalista, quando em magnífico artigo sobre o destemido bahiano, dizia que “um homem que tem a certeza de ser um homem limpo e a quem a consciência não acusa de nenhuma torpeza, é um homem que leva nas lutas uma grande vantagem”. Em outra passagem, friza: “E talvez bem poucos reflitam que ele possui a força extraordinária, invencível, garantidora do triunfo final: a força dos homens de bem”.

Ontem, na minha terra, Sr. Presidente, que é a terra de Seabra, grandes homenagens se realizaram a esse inclito paladino das liberdades públicas. A Bahia, que era a razão das

suas inspirações e o roteiro da sua grande jornada, foi onde Seabra auriu os motivos onde seu acentuado idealismo e a sua peregrina devoção a Liberdade e ao mesmo extremo sentimento democrático, porque se alicerçou nos sentimentos do povo e pelo povo é que sempre arvorou a bandeira de luta em favor das suas mais justas reivindicações.

Sr. Presidente morreu Seabra como viveu, pobre, porém possuído de infinito cabedal que era a honradez, a dignidade, a bravura de atitudes e o culto à Justiça.

(Interrompendo a leitura).
Sr. Presidente, sinto-me, nesta hora, sobretudo como bahiano e representante do meu Estado no Senado Federal, muito à vontade para eu, ecer a personalidade de José Joaquim Seabra, portador de qualidades excepcionais.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Grande bahiano e grande brasileiro.
O SR. LIMA TEIXEIRA — ... grande bahiano e grande brasileiro — como bem acentua o ilustre colega Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Desejo, porém, exaltar a sua figura pela capacidade de trabalho, pelo devotamento à causa pública e pelo seu espírito de luta ao enfrentar qualquer tormenta, especialmente se, para tanto, fosse necessário defender os interesses da coletividade.

Hoje, quando se comemora o seu centenário de nascimento, é justo que nesta Casa, de que Seabra também foi membro — e dos mais ilustres — se lhe preste esta homenagem por todos os títulos das mais honrosas, mesmo porque Seabra soube como ninguém, nas horas mais difíceis como a em que nos encontramos. Jender a Democracia. Que o seu exemplo nos sirva de inspiração para, tanto quanto as circunstâncias o permitirem, a Constituição que nos rege e sobre a qual juramos velar pelos destinos do Brasil.

Srs Senadores, a homenagem do Senado Federal à figura de J. J. Seabra é também a do Partido Trabalhista Brasileiro que represento nesta hora como líder em exercício. Seabra incalçavelmente, serviu mais aos humildes, dedicou-se aos pobres e aqueles que precisavam da sua atuação mais pronta e eficiente.

Sr. Presidente, aqui fica também a manifestação da minha terra, a Bahia, que ele tanto enobreceu. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Neves da Rocha, segundo orador inscrito.

O SR. NEVES DA ROCHA:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: A Bahia, num ambiente de intensa vibração cívica, em demonstração, as mais inequívocas de carinho e de saude, comemorou, na data de ontem, 21 do corrente, o transcurso do 1.º centenário de nascimento do grande brasileiro e bahiano José Joaquim Seabra eminente estadista da República, que tão assinalados Serviços prestou à terra que lhe serviu de berço e ao País, fazendo-se Credor do reconhecimento e da gratidão dos seus compatriotas. Como representante da Bahia nesta Casa, Sr. Presidente, modesto elemento integrante da bancada a que tenho a honra de pertencer, não me seria lícito, nesta oportunidade, deixar de associar-me de todo coração, às justas e merecidas homenagens que vem sendo tribuadas a esse conterrâneo, ilustre por todos os títulos, a essa personalidade singular que soube elevar ao alto o nome da terra em que nasceu pela sua brilhante atuação na vida pública, quer no cenário estadual, quer no âmbito nacional.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, sétimo orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, as evocações falam muito fundo à alma.

Recordo-me daquela tarde em que José Joaquim Seabra, em plena maturidade, vigoroso, chegava a Natal num trem da "Great Western", sendo recebido por mim e Café Filho, no Presidente da República. Recordo-me Sr. Presidente, daquela noite memorável, no Teatro Carlos Gomes quando nós, os rebeldes, os inconformados com a situação política do país, alçávamos a voz, combatendo por uma causa idealística, que seria, de futuro, a de todos os brasileiros inspirados numa reforma dos nossos costumes políticos, cujo evangelho J. J. Seabra como batero da Democracia, vinha pregar em nossa terra.

Depois dele, ali chegara Nilo Peçanha, o fluminense admirável de palavra fácil, que também pontificaria os preceitos democráticos no sentido da revitalização dos nossos costumes.

José Joaquim Seabra cativou-nos pela força da expressão, pela coragem e desprendimento de atitude. Aliava a personalidade excepcional, as qualidades de jurista eficiente e, sobre tudo isso, pairava o seu espírito jovial, para o qual sempre nos voltávamos com profunda admiração.

Homem público, na acepção mais lata do termo, Governador, ministro, deputado, senador, exilado político, professor, as facetas múltiplas da sua vida estereotipam um homem no verdadeiro sentido do vocabulário; e sua personalidade alçou-se ainda mais quando Rui Barbosa gênio incontestável da época, num assomo resolveu desistir da sua cadeira de senador.

Seabra seu adversário, não tem candidato, não apresenta candidato, não fomenta candidato porque a seu ver, só um candidato tinha a Bahia gloriosa que era o grande civilista Rui Barbosa.

Nesta paisagem de hoje, Sr. Presidente, triste paisagem ilupitana em que nos debatemos, neste desta natureza merece registro, como exemplar só para o presente, como para as gerações vindouras.

Lutador de primeira linha, o velho admirável não se pôs aos golpes dos adversários nem aos embates do infortúnio: a todos foi sobranceiro. Era, realmente, homem de aspecto impressionante, sabendo combater mas também sabendo distribuir, a manchetes, os frutos sazonados do seu coracão.

Ninguém mais que ele era cana para os introversos, para as lutas da Democracia: porque o destino lhe dera, ao lado daquilo que granjeara pela cultura diuturna, a coragem trácica a presença fascinante em um conjunto de circunstâncias que tornam quem quer que seja de fato interessante à apreciação dos outros e ao juízo da própria História.

José Joaquim Seabra andou pelo norte, levando, pela primeira vez, aquelas plagas, o verbo inflamado da regeneração nacional, o consócio e a esperança, a fortaleza de ânimo e a bravura cívica. Ninguém mais do que Seabra, soube instilar no nosso pensamento as inspirações cívicas com que, daí por diante, não nos deixaríamos adormecer, como combatentes nas linhas de frente, pelo resurgimento moral de nossa pátria.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A honra é sempre minha. O Sr. Fernandes Távora — Tive a honra de fazer, com Seabra, a campanha da Reação Republicana.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Tivemos essa honra.

O Sr. Fernandes Távora — ... e ainda hoje sinto saudade desse paradigma de honestidade e dignidade cívica desse verdadeiro gigante da política do Brasil.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Tem razão o nobre colega.

Ouvi, muitas vezes, julgamentos contraditórios sobre a personalidade excepcional de José Joaquim Seabra, mas também ouvi, e mais cras adversários afirmarem que ele era, realmente, um símbolo de honestidade, um padrão de dignidade pessoal, intocável nas suas ligações com o interesse público, por uma virtude digna de ser imitada por todos nós.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a novo aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Realmente, José Joaquim Seabra ocupou todas as grandes posições que um político pode ocupar no seu país, menos a presidência da República. Contudo, morreu com as mãos vazias.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Diz muito bem V. Ex.^a Seabra morreu pobre, erigindo-se em padrão de dignidade ao qual se moldaram alguns dos vultos mais eminentes da nossa pátria.

Ainda há muito recordel, nesta Casa, a figura do Senador Ferreira Chaves, Ministro duas vezes e Governador do meu Estado que findou seus dias em um quarto de pensão modestíssima, no Rio de Janeiro.

Nesta hora tão triste e de tanta agonia, necessitamos de exemplos que nos confortem, animem e até fortaleçam, como os desses varões excepcionais que, sacrificando ao bem público toda sua vida, morreram à beira da indigência, privados de tudo o que materialmente constitui a ostentação dos homens, daqueles homens que dizem, se ocuparam com os bens do Estado.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Além disso constitui uma honra para José Joaquim Seabra. As características da sua personalidade foram a bravura pessoal e a honestidade.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Ex.^a

Em 1934, reencontrei-me com o gigante. Fora eu eleito Deputado à Constituinte, pelo Rio Grande do Norte quando ali, certo dia, me deparei com José Joaquim Seabra.

O lutador continuava com a mesma fibra com a mesma disposição mas lá se observava a ação do tempo na pele arcabouço forte. A palavra ainda lhe era fácil, a voz trôntica, e por vezes, a paixão incendiava-se os olhos e a réplica era fulminante.

Certo dia, ouvi-o, exaltado, exprimindo em derredor da política da Bahia.

O velho lutador estava em plena auge dos combates, como um guerreiro medieval, de ponto em branco sobtracando a lança e a adaga desferindo golpes flamívoros com aquela gravura imbuída de que ele tinha talvez, o segredo.

Ainda era, portanto, um valeroso e temível combatente. Não se arredava das fileiras, não fugia às dificuldades, antes, corajosamente defrontava-se com todas elas, revidando-as com o verbo eloquente e assegurando para ele a pátria sua terra, aqueles filhos de liberdade que foram a trajetória luminosa de sua vida.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Lembra ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para término de hora do expediente.

O SR. REGINALDO FERNANDES:

(Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente a prorrogação pelo tempo regimental, a fim de que o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti conclua sua brilhante oração.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Reginaldo Fernandes.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, estava no final, quando V. Ex.^a fez soar a campainha regimental com a lembrança de que os meus segundos estavam a terminar. A benevolência do meu companheiro de bancada do Rio Grande do Norte, o nobre Senador Reginaldo Fernandes...

O Sr. Reginaldo Fernandes — Muito me honra a companhia de V. Ex.^a.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — ... a quem sou muito agradecido, permitiu-me, nesta Casa, a prorrogação por mais alguns instantes. Não lhe tomarei, todavia, maior tempo.

Desejo apenas significar, Sr. Presidente, que nós, os que conhecemos José Joaquim Seabra na peleja da "reação republicana", registamos o seu perfil como figura dinâmica que o tempo não apaga antes reverbera cada vez mais, servindo de guia para a mocidade brasileira. Pontificando como na cátedra, fez dele de sua vida, o catecismo cívico que deve ser a guia para o desenvolvimento e o amor democrático de nós todos. (Muito bem, muito bem. Palmas)

Durante o discurso do Sr. Kerginaldo Cavalcanti o Sr. Freitas Calvanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nereu Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a prorrogação da hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao artigo 78, da Constituição Federal, tendo parecer contrário da Comissão de Reforma Constitucional, sob n.º 293, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Regimento, ainda nesta sessão não há número para votação da matéria.

O parágrafo único do art. 191 do Regimento Interno estabelece:

"Encerrada a discussão, se o projeto não lograr votação também nas duas sessões seguintes por falta de 'quorum', passará o mesmo a figurar na Ordem do Dia como a última das matérias em votação, sem prejuízo do disposto na letra 'i' do art. 126".

O "quorum" a que alude esse parágrafo está indicado no corpo do referido art. 191, que reza:

"Para a votação do Projeto de Reforma Constitucional é necessário o 'quorum' de 2/3 (dois terços) da totalidade dos Senadores, devendo a mesa realizar-se por processo nominal".

Encontrando-se na Casa apenas 36 Srs. Senadores, fica adiada a votação.

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 26, de 1955, que prevê o uso de automóveis oficiais e de outras providências, tendo pareceres da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sob número 850, de 1955, favorável, da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 851, de 1955, favorável com a emenda que oferece o número 1-C, e da Comissão de Finanças, sob n.º 352, de 1955, contrário.

O SR. PRESIDENTE:

A Comissão de Serviço Público Civil, em seu parecer, pede a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto devia ter ido àquela Comissão, em vez de vir à plenária.

O nobre Senador Atilio Vivacqua requereu idêntica audiência. O requerimento fica prejudicado, para que se cumpra a formalidade solicitada pela Comissão de Serviço Público Civil.

O Projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO PREJUDICADO

Requeiro o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei supra para ser incluído na Ordem do Dia de 1.º de setembro próximo.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1955. — Atilio Vivacqua.

Discussão única do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 9, de 1954, que fixa critério para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Ministério Público da União e das outras providências, tendo pareceres favoráveis ao substitutivo, exceto quanto ao art. 15, das Comissões de Constituição e Justiça, sob número 1955, de Serviço Público Civil, sob n.º 990, de 1955, e de Finanças, sob n.º 991 de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. Vai-se proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE:

O substitutivo importa nas seguintes modificações do Projeto do Senado: supressão do art. 8.º, substituição dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e seu parágrafo, 9.º e 10.º; acréscimo da matéria constante dos artigos 6.º, 7.º, 8.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 18.º e 20.º e §§ 1.º e 2.º do art. 17.º. As Comissões são favoráveis às modificações constantes do substitutivo exceto quanto ao artigo 15.

Há sobre a mesa dois requerimentos de destaque. O primeiro é da autoria do nobre Senador Cunha Melo. Vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 373, de 1955

Requeiro destaque para a rejeição do art. 14 do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 9, de 1954, que revoga dispositivos da Lei n.º 33, de 13 de maio de 1947 — vencimentos dos Magistrados.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1955. — Cunha Melo.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Cunha Melo pede destaque para rejeição do Art. 14 do Substitutivo.

Os Senhores Senadores que aprovarem o Requerimento, rejeitarão, ao mesmo tempo, o 14 do Substitutivo.

Em votação o Requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado o destaque requerido.

O SR. JURACY MAGALHAES:

(Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação solicitada pelo nobre Senador Juracy Magalhães.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o requerimento de destaque. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que votaram a favor do requerimento e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor do requerimento 14 Senhores Senadores e, contra, 14. Não há número.

Vai-se proceder à chamada. (Pausa).

RESPONDAM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Melo. — Acrísio Corrêa. — Alfredo D'albino. — Público de Mello. — Mathias Olimpio. — Mendonça Clark. — Onofre Gomes. — Forstall Barroso. — Keremaldo Canabarro. — Georjino Araújo. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Jilho Leite. — Manoel Gomes. — Lourival Fontes. — Neves de Rocha. — Juracu Macalhões. — Lima Teófilo. — Carlos Lindenberg. — Affonso Vinacua. — Ari Viana. — Guilherme Malagães. — Caiado do Centro. — Gilberto Marinho. — Bernardo Filho. — Antonio de Barros. — Olimbra Brand. — Maria Matta. — João Villasthas. — Heitor Medeiros. — Alô Guimarães. — Nereu Ramos. — Alberto Pasqualini. — Daniel Krieger. — (37).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 37 Senhores Senadores.

Em votação o Requerimento. A aprovação do destaque importa rejeição do Art. 14.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

ARTIGO REJEITADO

Art. 14. Os Avaliadores Privativos das Varas Cíveis terão direito a 1% (um por cento) do valor da avaliação dos bens que fizerem nos processos de falências e concordatas.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o outro requerimento de destaque. (Pausa).

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 374, de 1955

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 4.º do artigo 157, requero destaque, para prevalecer o art. 6.º do Projeto do seguinte Substitutivo, art. 16.

Sala das Sessões em 27 de agosto de 1955. — Atílio Vivacqua.

O SR. PRESIDENTE:

O artigo 16 será votado em separado.

Vai ser agora votado o grupo de alterações com parecer favorável das Comissões, salvo as constantes dos artigos 14 e 16, o primeiro dos quais já foi excluído do substitutivo em virtude do requerimento do Sr. Senador Cunha Melo e o segundo destacado para votação posterior.

Os Srs. Senadores que aprovam o grupo, queiram permanecer sentados. (Pausa).

São aprovados em globo os seguintes dispositivos do substitutivo

Art. 1.º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal terão seus vencimentos acrescidos de 57% (cinquenta e sete por cento) sobre os fixados pela Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 2.º Os vencimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos,

do Tribunal de Contas, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho corresponderão a 85% (oitenta e cinco por cento) dos que perceberem os Ministros do Superior Tribunal Federal.

Art. 3.º Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal corresponderão a 80% (oitenta por cento) dos que perceberem os Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 26, § 3.º da Constituição Federal).

Art. 4.º Os vencimentos dos Juizes de Direito do Distrito Federal e dos Territórios corresponderão a 80% (oitenta por cento) dos vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e os dos Juizes Substitutos e do Registro Civil a 20% (vinte por cento) menos dos que perceberem os Juizes de Direito (art. 26, § 3.º, da Constituição Federal).

Art. 5.º Os auditores de 2.ª e 1.ª entrada da Justiça Militar, para efeito de vencimentos previstos nessa lei, ficam equiparados, respectivamente, aos Juizes de Direito e Juizes Substitutos do Distrito Federal. O Auditor Corregedor perceberá 10% (dez por cento) mais que o Auditor de 2.ª entrada.

Art. 6.º Os Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 1.ª e 2.ª Regiões perceberão menos 20% (vinte por cento) que os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e os Juizes dos mais Tribunais Regionais do Trabalho menos um terço que os referidos Ministros.

Art. 7.º Os Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, Vitória e São Paulo perceberão 80% (oitenta por cento) dos vencimentos dos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 1.ª e 2.ª Regiões, e os Presidentes das mais Juntas de Conciliação e Julgamento também 80% (oitenta por cento) dos vencimentos dos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho das outras regiões.

Art. 8.º Os Vogais representantes de empregados e empregadores nas Juntas de Conciliação e Julgamento perceberão, por sessão a que comparecer 1/30 (um trinta avos) dos vencimentos dos Juizes Presidentes das respectivas Juntas, até o máximo de vinte sessões mensais.

Art. 9.º O Procurador Geral da República e o representante mais graduado do Ministério Público terão os mesmos vencimentos e vantagens pecuniárias dos Juizes dos Tribunais junto aos quais servirem.

Art. 10. Os Curadores e os Promotores da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios terão os mesmos vencimentos e vantagens pecuniárias dos Juizes de Direito e Juizes Substitutos, respectivamente.

O Promotor Substituto perceberá menos 10% (dez por cento) que o Promotor e o Defensor Público menos 30% (vinte por cento) que o Promotor Substituto.

Art. 11. Os vencimentos do Subprocurador Geral da Justiça Militar corresponderão a 80% (oitenta por cento) dos que perceberem o Procurador Geral da mesma Justiça.

Art. 12. Os Auditores e Promotores da Justiça Militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para efeito de percepção de vencimentos, ficam equiparados, respectivamente, aos Juizes de Direito e Juizes Substitutos da Justiça do Distrito Federal, cabendo aos Advogados de Ofício, que servem junto às referidas Auditorias, vencimentos iguais aos dos Defensores Públicos.

Art. 13. Os Advogados de Ofício de 2.ª entrada da Justiça Militar, para efeito de vencimentos previstos nesta lei, ficam equiparados aos Defensores Públicos. Os Advogados de Ofício de 1.ª entrada da mesma Justiça perceberão menos 20% (vinte por cento) que os de 2.ª entrada.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial até a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), a fim de regularizar os pagamentos feitos à Magistratura, membros do Tribunal de Contas e representantes do Ministério Público, com base no art. 46 do Código de Contabilidade da União, de 1 de janeiro de 1953 a 31 de dezembro de 1954.

§ 1.º Fica reconhecido aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, por conta de crédito a que se refere este artigo, o direito à percepção da diferença entre os seus vencimentos atuais e 10% (dez por cento) a mais dos que perceberam os Ministros do Tribunal Federal de Recursos a partir de 1 de janeiro de 1953 até a vigência desta lei.

§ 2.º Fica reconhecido ao Ministro do Tribunal de Contas da União que, em atividade haja percebido vencimentos inferiores aos dos mais membros do mesmo Tribunal, no período compreendido entre 1 de janeiro de 1953 a 31 de dezembro de 1954, por não haver apostilado seu título de nomeação de vencimentos, correndo a despesa por conta do crédito especial a ser aberto em virtude desta lei.

Art. 18. Para execução desta lei, os Tribunais nela mencionados, e os Ministérios respectivamente, terão apostilar, no prazo de 90 (sessenta) dias, os títulos de nomeação de seus membros e Juizes e dos representantes do Ministério Público, Auditores da Justiça Militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Advogados de Ofício da Justiça Militar.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese poderão ser pagos vencimentos superiores aos fixados nesta lei, nem apostilados, a partir de sua vigência os títulos para efeito de aumento de vencimentos de magistrados e membros do Ministério Público que não decorra de suas disposições.

Art. 19. Ficam revogadas todas as disposições de leis anteriores relativas a vencimentos dos Magistrados e membros do Ministério Público referidos na presente lei inclusive da Lei n.º 33 de 13 de maio de 1947, bem como quaisquer outras disposições em contrário.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

Lembro ao plenário que o dispositivo cuja supressão proposta pela Câmara foi aprovada é o seguinte

Art. 8.º Os critérios estabelecidos nos artigos anteriores serão observados, a partir da data em que os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal passaram a perceber os seus atuais vencimentos, ressalvados os direitos adquiridos.

O SR. PRESIDENTE:

Estão prejudicados os seguintes dispositivos do Projeto.

Art. 1.º Os vencimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, do Supremo Tribunal Militar, do Tribunal de Contas e do Tribunal Superior do Trabalho terão por base os Ministros do Supremo Tribunal Federal, menos 20% (vinte por cento).

Art. 2.º Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal corresponderão a 75% (setenta e cinco por cento) dos fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º O Procurador Geral da República e o representante mais graduado do Ministério Público junto a cada Tribunal terão os mesmos vencimentos e vantagens pecuniárias dos Juizes dos Tribunais perante os quais servirem, observando-se no Mi-

nistério Público do Distrito Federal a diferença de 20% (vinte por cento) de um cargo para outro.

Art. 4.º Os Juizes de Direito do Distrito Federal terão os vencimentos correspondentes a 80% (oitenta por cento) dos atribuídos aos Desembargadores e os Juizes Substitutos perceberão 80% (oitenta por cento) dos vencimentos dos Juizes de Direito.

Art. 5.º Os Auditores de 2.ª e de 1.ª entrada da Justiça Militar, para efeito de vencimentos previstos nesta lei, serão equiparados respectivamente, aos Juizes de Direito e Juizes Substitutos do Distrito Federal.

Art. 6.º Os magistrados e membros do Ministério Público aposentados terão, respectivamente, seus proventos reajustados em igualdade aos vencimentos percebidos pelos que estiverem em atividade.

Art. 9.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito correspondendo à despesa que decorrerá da execução da presente lei, calculada desde a data a que se refere o artigo 8.º até o fim do presente exercício financeiro.

Art. 10. Ficam revogadas todas as disposições de leis anteriores relativas a vencimentos dos magistrados e membros do Ministério Público referidos nesta lei, bem como quaisquer outras disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Proceder-se-á agora a votação do artigo 15 do substitutivo que teve parecer contrário das Comissões.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' rejeitado o seguinte

Art. 15. Os vencimentos dos Procuradores das Autarquias Federais, nos termos da lei n.º 2.123, de 1 de dezembro de 1953, corresponderão a 80% (oitenta por cento) para os de 1.ª e 2.ª categoria e 85% (oitenta e cinco por cento) para os de 3.ª categoria dos vencimentos fixos dos membros do Ministério Público da União de qual categoria.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser finalmente votado o artigo 16, destacado a requerimento do Sr. Senador Atílio Vivacqua.

Esse dispositivo está assim redigido:

Art. 16. Os Magistrados, Ministros do Tribunal de Contas da União e membros do Ministério Público aposentados, que atualmente percebem as vantagens da inatividade pelos cofres da União, terão, sem prejuízo dos proventos em cujo gozo se encontram, 2/3 (dois terços) dos aumentos ora concedidos aos da mesma categoria em atividade.

Corresponde ele ao artigo 6.º do projeto, cuja redação é a seguinte:

Art. 6.º Os Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 1.ª e 2.ª Regiões perceberão menos 20% (vinte por cento) que os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e os Juizes dos mais Tribunais Regionais do Trabalho e os Juizes dos mais Tribunais Regionais do Trabalho menos um terço que os referidos Ministros.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a disposição contida no artigo 16, é altamente moralizadora. Remunera melhor o funcionário que permaneça no serviço público.

Não sei por que nação pobre com a nossa vem estimulando o ócio, através de legislação sistemática.

Afastam-se do serviço público funcionários prestantes, em condições de idade e saúde, para que, fora d-

atividade, percebiam, por vezes, vencimentos superiores àqueles quando em exercício do cargo. Discutido o artigo na Comissão de Finanças, resolveu ela que os funcionários aposentados, não especificados, fossem contemplados apenas, com 2/3 do aumento concedido ao pessoal em atividade.

Sr. Presidente, aprovada a disposição, corrigir-se-iam não só as consequências da multiplicação dos funcionários aposentados, como se estimularia o trabalho.

Nessas condições, pediria ao Senador que negasse aprovação ao destaque sugerido pelo nobre Senador Atílio Vivacqua e aceitasse o artigo, tal como se encontra no Substitutivo. — Muito bem; muito bem).

O SENHOR SENADOR ATILIO VIVACQUA PRONUNCIA DISCURSO PARA ENCAMINHAR A VOTAÇÃO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ POSTERIOREMENTE PUBLICADO.

O SENHOR SENADOR CUNHA PRONUNCIA DISCURSO PARA ENCAMINHAR A VOTAÇÃO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ POSTERIOREMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

A questão suscitada pelo nobre Senador Cunha Mello envolve, apreciação de atitude da Mesa. A Mesa e as legislaturas anteriores não entenderam que, ao votar substitutivo da Câmara dos Deputados, Senado — Casa em que iniciou o projeto, deve verificar as inovações das. Como Câmara revisora só cabe aprovar ou rejeitar-las. A Mesa aprovada em duas discussões, Senado e em uma, na Câmara, definitivamente aprovada; mas a Mesa vem da outra Casa como inovação ou modificação de disposições das pelo Senado, como órgão iniciador tem que ser apreciado pelo plenário.

O artigo 16, aprovou-o o Senado; em a seguinte redação:

“Os Magistrados, Ministros do Tribunal de Contas, da União e membros do Ministério Público aposentados, que atualmente percebem as vantagens da inatividade pelos cofres da União, terão, sem prejuízo dos proventos em cujo gozo se encontram, 2/3 (dois terços) dos aumentos ora concedidos aos da mesma categoria em atividade”.

Consequente, há inovação evidente e deve ela ser submetida à votação do Senado, para que, como Câmara iniciadora, decida se deve reconhecer a disposição de sua iniciativa ou a emenda oriunda da Câmara dos Deputados.

Assim tem sido entendido em todas as legislaturas, e a Mesa não tem motivo para modificar esse entendimento.

Nestas condições, submeto o artigo à deliberação do Senado.

Senhores Senadores que aprovam o artigo 16, queiram conservar-se como estão, levantando-se os que rejeitam. (Pausa).

SR. ATILIO VIVACQUA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, rezo a verificação da votação.

SR. PRESIDENTE:

Proceder à verificação solicitada pelo nobre Senador Atílio Vivacqua.

Levantem-se os Srs. Senadores que votaram a favor do artigo (Pausa).
Levantem-se os Srs. Senadores que aprovaram e levantem-se os que rejeitaram. (Pausa).

Votaram a favor 20 Srs. Senadores e contra 17.

O artigo 16 está aprovado. Sobre a mesa declaração de voto do nobre Senador Parsifal Barroso que será publicado.

Declaração de voto a que se refere o Sr. Presidente.
Srs. Presidente.

Declaro que me absteve de votar o projeto número 9154, na parte correspondente aos pareceres favoráveis das Comissões, por parte interessada em um dos artigos, votando apenas os dois destaques requeridos.

Sala das Sessões, em 22 de Agosto de 1955. — Parsifal Barroso.

O SR. PRESIDENTE:

Está concluída a votação do substitutivo. A matéria vai à Comissão de Redação.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 1954, que manda cancelar os lançamentos “ex-officio” do Imposto de Renda iniciados ou em fase de cobrança administrativa ou judicial com base nos exercícios judiciais até 1952, inclusive, e proíbe revisões posteriores, tendo parecer contrário da Comissão de Finanças, sob n.º 901, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Há uma emenda apresentada na Comissão de Finanças. Não havendo ela sido apoiada pela Comissão, não pode ser apreciada.

O SR. ATILIO VIVACQUA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª informar se anteriormente não foi apreciado substitutivo a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE:

Na Mesa não consta; nem a Secretaria tem esse conhecimento.

O SR. ATILIO VIVACQUA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, agradeço a informação de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Foi encaminhada à Mesa uma emenda do nobre Senador Guilherme Malaquias.

E' lida e apoiada a seguinte

EMENDA N.º 1

Redija-se assim o artigo 1.º:

Art. 1.º Ficam isentos de quaisquer multas os débitos de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, declarados ou lançados ex-officio, dos exercícios até 1953, inclusive, e correspondentes aos anos-base até 1952, em fase de cobrança administrativa ou judicial, subordinada à sentença, em se tratando de lançamento ex-officio, a satisfação das três seguintes condições:

a) que tenha sido apresentada declaração de renda no prazo legal;
b) que o lançamento ex-officio acrescente não mais de trinta por cento ao valor da declaração apresentada;

c) que a diferença de imposto, para o ano revisado, correspondente ao lançamento ex-officio, não atinja a importância de sessenta mil cruzeiros.

§ 1.º Os interessados deverão requerer o cancelamento das multas de que trata este artigo, até seis meses a contar da vigência desta lei, com o compromisso de satisfazerem o pagamento da totalidade do imposto em atraso, que será cobrado em tantas prestações iguais, semestrais e sucessivas, quanto o número dos exercícios em débito multiplicado por cinco.

§ 2.º Na totalidade do débito de que trata o parágrafo anterior, incluir-se-á a requerimento do contribuinte, o imposto declarado e não pago do exercício de 1953.

§ 3.º A falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo marcado, acarretará o vencimento das restantes e restabelecimento da multa, procedendo-se à execução judicial da dívida.

§ 4.º Não será aplicada a sanção prevista no parágrafo anterior aos contribuintes que provarem, documentadamente, haver incorrido em tal falta por motivo de força maior e desde que as prestações em atraso não ultrapassem de três.

§ 5.º Ficam excluídos dos benefícios de que trata este artigo os contribuintes a quem tenha sido aplicada multa, na conformidade do disposto no artigo 145, letra “e” do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

§ 6.º Fará juz à quitação de que trata o artigo 135 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, a pessoa física ou jurídica que estiver em dia com as prestações previstas no parágrafo 1.º e com as quotas posteriores do seu imposto de renda ou que, tendo apresentado a petição prevista no parágrafo 2.º e não tendo sido notificado para o pagamento das ditas prestações recorra à repartição arrecadadora o valor de uma prestação, o qual será obrigatoriamente certificado pela repartição, a requerimento da parte interessada, dentro de três dias.

Justificação

O projeto, encerrando embora medidas justíssimas, beneficia, através do seu artigo 1.º, apenas os devedores por lançamento ex-officio.

Ora, não se compreende que sejam beneficiados apenas tais devedores e não, também, aqueles em cujas declarações o Fisco não encontrou defeito e que têm por si a presunção de melhor cumprimento do dever do contribuinte.

Assim sendo, a emenda estende os benefícios do artigo 1.º àqueles outros devedores, reparando injusta discriminação, que chega a ser iniquidade.

Outrossim, sendo muitos os devedores cujo imposto em atraso abrange vários exercícios e do momento que o parágrafo 1.º do artigo 1.º admite que o devedor de apenas um exercício possa pagar o respectivo imposto em atraso em cinco prestações semestrais, é óbvio que a facilidade de pagamento deverá ser proporcionalmente maior em havendo vários exercícios em atraso, não somente por uma questão de coerência, mas ainda porque, de outro modo, os devedores antigos não serão suficientemente encorajados a se porem em dia com o Fisco e não disporão mesmo, na maioria dos casos, de recursos bastantes para se valerem do benefício com o que o Fisco perderá a oportunidade de recolher os débitos daqueles justamente, que não puderam ser executados por deficiências do aparelhamento judicial ou por não disponibilidade de bens penhoráveis. Atende-se a essa situação com a redação proposta para aquele parágrafo 1.º, do artigo 1.º e com o acréscimo do texto proposto para o parágrafo 2.º, do mesmo artigo.

São conservados sem alteração, os atuais parágrafos 2.º, 3.º e 4.º, que passam a ser os parágrafos 3.º, 4.º e 5.º, do artigo 1.º.

Acrescenta a emenda, ao artigo 1.º, o parágrafo 6.º, que visa regular a expedição, a favor dos contribuintes de que trata o mesmo artigo, da certidão de quitação prevista no artigo 135 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, matéria que,

de outro modo, poderia dar lugar a intermináveis controvérsias, e evitar, no concernente a tal expedição procrastinações injustas, resultantes quer de deficiências do aparelhamento burocrático, precipuamente nos Estados, quer de outras causas menos confessáveis.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1955. — Guilherme Malaquias.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com a emenda.

Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerra a discussão.

O projeto volta à Comissão de Finanças com emenda.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 1955, que classifica em suas antigas turmas os oficiais da Aviação Militar amparados pelo art. 2.º da Lei n.º 1.601, de 12 de maio de 1952, que regula a promoção de ano dos cadetes da Escola de Aviação Militar, tendo pareceres contrários da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 902, de 1955; e da Comissão de Finanças, sob n.º 903, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido um requerimento do nobre Senador Gilberto Marinho.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n.º 375, de 1955

Nos termos do art. 126, letra f, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 1955, a fim de ser feita em 5 de setembro próximo. Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1955. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto retornará à ordem do dia na sessão de 5 de setembro.

Esgotada a matéria da ordem do dia, dou a palavra ao nobre Senador Ezequias da Rocha, inscrito para essa oportunidade.

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA:

Sr. Presidente, figuras há que, ao contrário da grande maioria anônima, ao desaparecer da cena em que atuaram, deixam a mensagem de uma vida plenamente vivida — vida que, por isso mesmo, encerra uma lição a ser meditada. Necessitamos hoje, mais do que nunca, de recolher tais mensagens, para que suas lições para todos nós, frutifiquem em renovadas expressões de progresso moral, de amor ao bem comum, de fortaleza de caráter, de capacidade de renúncia de realizações benéficas.

Há pouco mais de vinte dias falecia em São Paulo aos cinquenta anos de idade, o jesuíta Padre Roberto Saboia de Medeiros. Conheci-o pessoalmente e o admirava. Devo confessar, contudo, que estava longe de avaliar toda a extensão social de sua atividade, as dimensões da obra que realizou, a verdadeira medida de sua personalidade. Segundo a imagem conhecida, é depois que a árvore tomba, que se mede o tamanho da raiz que ela antes sombreava.

Se pactou, com efeito, alguma vez, excepcionalmente, com a publicidade, fora em proveito exclusivo do maior dos empreendimentos culturais que trazia entre mãos, a Faculdade de Engenharia Industrial. Obra notável e até certo ponto pioneira, por ele criada e mantida em São Paulo, com o poder magnético de sua personalidade, capaz não só de atrair admiração, mas de suscitar as dedicações generosas da amizade.

Membro acatado de vários sociedades culturais, — além dessa Faculdade, agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dirigia igualmente a Escola Técnica São

Francisco de Borja, a Escola de Administração e Negócios São João Bosco, secretariado a Fundação de Ciências Aplicadas, entidade mantenedora dessas instituições, que lhe davam a existência. Não menos, porém, que essas iniciativas de tamanho alcance no campo da cultura, devem ser levadas e moetas os seus empreendimentos de cunho estritamente social.

Ao regressar do Extranjeiro em 1937, após concluir sua formação intelectual, começada em 1918 no Colégio Anchieta de Nova Friburgo destinado a São Paulo, cidade em que se integrara desde 1929 ao início no tradicional Colégio São Luiz suas primeiras atividades de professor não mais cessou, para o menor descanso, seu vastíssimo labor sacerdotal. Pode assim, ao desaparecer inesperadamente, legar à Sociedade paulista o imponente resultado de uma brilhante trajetória prematuramente interrompida pela morte.

O Sr. Parsifal Barroso — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Somente agora como conhecimento da morte do reverendo Padre Roberto Saboia de Medeiros. Lamento muito o ocorrido. Conhecendo de perto a obra daquele jesuíta em todo o Brasil, notadamente o realizado através de sua revista "Serviço Social" — por sinal uma das publicações mais perfeitas que a respeito das ciências sociais o Brasil divulga — só tenho motivos para lamentar profundamente a perda irreparável sofrida com o desaparecimento de um sacerdote de tantas virtudes e tão grande inteligência.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte. O eminente colega faz justiça a um dos mais notáveis homens brasileiros.

(Lendo) Renunciando conscientemente aos afazeres mais tranqüilos de ordem puramente especulativa, para os quais se achava perfeitamente preparado, quais fossem os de escritor e professor, como de fato o foi por algum tempo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e primeiro Diretor de sua Faculdade de Filosofia, deu-se principalmente à ação. "O que está faltando, eis o meu tormento", *quod deest me torquet*, era o lema, que trazia suspenso sobre a sua mesa de trabalho.

Não que descurasse o estudo ou a atividade intelectual, infatigável leitor que era, sempre a par do que havia de melhor e mais moderno na literatura filosófica, teológica e social dos principais países do mundo, cujos idiomas dominava, inclusive o russo, mas esse estudo e essa atividade se voltavam inteiramente para as aplicações práticas, em benefício da coletividade. Ação Social! Essa entidade por ele fundada e desenvolvida centralizou e foi o símbolo de sua vida de apóstolo dos nossos tempos, em São Paulo.

Com um grupo seleto de intelectuais, seus amigos, fundou em São Paulo o Instituto de Direito Social. Com o saudoso Haníbal Porto, promoveu e organizou uma série de Semanas Sociais de grande repercussão, nas maiores capitais brasileiras. Tomando a direção da revista *Serviço Social*, deu-lhe nova feição científica. Durante cerca de quinze anos, em que a dirigiu, dela fez uma das melhores publicações nacionais da especialidade, com ressonância e radicações ainda fora de nossas fronteiras.

Mas não se contentou com essa penemérita e indispensável cruzada doutrinária pela verdade em matéria de justiça social, de acordo com os sapientíssimos ensinamentos da doutrina social católica, única salvação, que reconhecemos, da sociedade civilizada, por entre as conturbações tempestuosas, geradas no bojo do materialismo ateu ou de um capitalismo repaganizado e sem entrinhas. Modestamente, em silêncio, quase clan-

destinamente, levou à prática os princípios que preconizava.

De corpo e alma viveu dedicado aos interesses do operariado de São Paulo. Junto à sede da Ação Social, mantinha uma admirável escola de líderes operários católicos. Na verdade, Sr. Presidente, se o comunismo marxista logra obter algum êxito entre os nossos trabalhadores, cuja índole é reconhecidamente pacífica, cuja orientação familiar é, em maioria, profundamente cristã, isto se deve ao fato de que pode apresentar agentes ou chefes, conhecedores das leis trabalhistas, que hábilmente, para seus fins escusos, antipatrióticos e anticristãos, procuram pôr-se à frente das reivindicações, tantas vezes justíssimas, do trabalhador.

Eis o que compreendia o Padre Saboia de Medeiros e — raro exemplo entre nós — procurou eficazmente impedir, contrapondo, a essa manobra solerte e insidiosa dos vermelhos, elementos sadios, corajosos e preparados, que, sabendo perfeitamente defender os legítimos direitos de sua classe, não ignorassem, nem menosprezassem os imperativos da solidariedade cristã, fundamento da paz. Para completar esse inestimável labor formativo, frequentou, como ninguém, os diversos bairros operários, levando, através de comícios bem organizados, a palavra desinteressada da verdade e da justiça às grandes massas.

Para essas obras, por ele mantidas entre as quais não faltou a assistência médica, farmacêutica e odontológica aos menos favorecidos por meio da Clínica Santo Inácio, teve naturalmente que dirigir-se aos ricos e poderosos. Soube, porém, conseguir de milhares deles o milagre de uma cooperação generosa e constante, sem o aliciente comum das vaidades corajadas ou das ambições servidas. A todos impôs o exemplo de seu próprio despreendimento, de seu caráter religioso, de seu idealismo. E foi assim que a flor do Profissionalismo liberal, da Lavoura, do Comércio e da Indústria de São Paulo colaborou com ele, silenciosamente!

Um fato caracteriza bem, Sr. Presidente, essa maneira de ser e de agir tão peculiar na individualidade marcante desse jesuíta, que soube conciliar perfeitamente sua humildade sempre natural, particularmente amena e efusiva, com a coragem de uma absoluta dignidade e independência em face das injunções das conveniências mendazes.

Procurou-o certa ocasião riquíssimo industrial, seu amigo, para lhe depositar nas mãos o auxílio costumeiro. Para falar-lhe entretanto de suas aflições, aguardava sua vez uma pobre mulher do povo. Mandou o Padre Saboia dizer ao visitante ilustre tivesse a bondade de esperar. E meia hora depois, encaminhada a solução do primeiro caso, o recebeu com estas palavras: "Você tem automóveis à porta, pode esperar. Essa pobrezinha, que acaba de sair mora em tal arrabalde, levará talvez duas horas para chegar a sua casa."

Jamais deixou ele, contudo, de agradecer os auxílios dos que podiam e, por isso mesmo, deviam dar, e também de apresentar anualmente exatíssimas contas da aplicação que dera aos auxílios recebidos! Aparentemente intratável, porém, se mostrava na avara administração do seu tempo, que soube aproveitar como poucos. Jornalista, conferencista, pregador incansável, mobilizou todos os modernos recursos da técnica, a imprensa, o rádio, a televisão, para fazer chegar ao maior número possível, sua palavra ardente, sábia, excessivamente elevada por vezes, cultas popular e pitoresca, ouvida ou lida sempre com agrado.

Aos cinquenta anos, morre trabalhando até as últimas horas de vida. Deixa entretanto os frutos de uma

magnífica obra de renovação espiritual cristã da sociedade, cuja extensão e valia se vão revelando cada vez maiores. Bem haja, pois, a memória de quem assim pôde servir, com verdadeiro heroísmo, uma grande causa, que é também a nossa, Senhor Presidente, porque é a causa da felicidade, da concórdia, do autêntico progresso do povo brasileiro! (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, segundo orador inscrito depois da ordem do dia.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente:

Nos debates da sessão de 18 do corrente, senti-me no dever de interpretar os sobressaltos que vem sacudindo a Nação. Senti-me impellido por minhas obrigações de homem público a manifestar sobre um fato novo, as minhas fundadas apreensões, sobrepujando por que sou um homem que se presume bem informado, tanto como político alerta, quanto como militar vigilante que sempre procurei ser. Por tais circunstâncias, no debate de 18 de agosto último senti-me no dever e na obrigação de manifestar as minhas fundadas e fundamentadas apreensões sobre um acontecimento novo que, embora não constituindo exceção ou surpresa para quantos conheçam a estratégica e a tática internacionais do bolchevismo nem por isto deixava de significar, pelas condições e pela oportunidade em que veio a furo, no tão conturbado ambiente político brasileiro uma grave ameaça à ordem e às instituições e, sobretudo uma inflamável achega de perturbações confusas e desordens, ao já inflamado clima da sucessão presidencial.

Procurei naqueles debates, traduzir objetivamente e documentadamente, os sobressaltos da Nação, por ver os comunistas infiltrados nas fileiras democráticas perseguindo os seus objetivos anti-nacionais a sombra da campanha presidencial que se processa em nosso país.

Rgozizei-me em que os ilustres líderes do PSD e do PTB nesta Casa houvessem declarado não ter havido acordo ou compensações firmados ou pré-estabelecidos para a obtenção do apoio comunista às candidaturas dos ilustres senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Mas, apesar de tão categóricas afirmativas que vieram desmentir o próprio manifesto do P. C. B. e a palavra do chefe supremo da agitação comunista no Brasil; apesar disto tenho informações e outros fontes de que há documentos que de certo, os honrados Senadores Apolinio Sales e Lima Teixeira desconhecem, mas, em breve, virão a público.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a terá então, oportunidade de dar outro sentido as palavras por mim proferidas por incumbência do Dr. João Goulart.

O SR. JURACY MAGALHÃES — E apresentarei documentos, à vista dos fatos alegados exatamente na mesma oportunidade.

Devo dizer porém, a V. Ex.^a não se tratar de nenhum "Plano Cohen", pois como no passado não darei no presente nem no futuro oportunidade a esses planos.

O Sr. Lima Teixeira — Será a ocasião que teremos para esclarecer o sobretudo porque minhas declarações aqui foram feitas a pedido do Doutor João Goulart, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Essas declarações do Dr. João Goulart ficaram em contraposição direta às feitas pelo seu representante, Deputado Frota Moreira, na convenção do Partido, até agora não houve

nenhuma contestação do Partido quanto as informações trazidas ao Senado por V. Ex.^a (Continuando a leitura).

Senhores Deputados:

Desde que findou o pleito de 3 de outubro do ano findo, inteirado que sempre estive do carregado e sobre carregado clima político em nossa Pátria, procurei com pertinácia e sem desfalecimentos, junto a todos os candidatos possíveis ao posto supremo da República alertá-los e esclarece-los de que a hora era a de mãos dadas a descobrimento a sobrevivência nacional acima de quaisquer interesses partidários. Por isto mesmo, apesar do meu nome ter sido honrado para compor diversas chapas sucessórias, recusei-me ter inatamente, a admitir a discussão e inclusão do meu nome porque fôsse indene a tentação da "mosca azul" mas porque tinha o olhar para vêr e, desde o primeiro instante averigui que a união nacional era via mais aconselhável, e a formun mais segura para que se tornasse em árvore forte e frondosa a nossa "terra democrática".

Não careço, descrever quão diferentes foram os caminhos preferidos palmilhados pelos responsáveis pelas organizações partidárias nacionais. Por tais fatos, não vejo nenhuma razão para otimismo, nesta sombria hora da vida nacional, a não ser que aceitemos a resposta de "Candide" Cacambo, na inequívoca e imortestáira de Voltaire:

"Qu'est-ce qu'optimisme? — dit Cacambo "Hélas dit Candide, cest rage de soutenir qu'est bien, quand tout est mal".

Senhor Presidente:

Nem sempre o meu Partido tem dado certo na política nacional, ninguém lhe pode contestar os serviços prestados à Democracia Brasileira.

A U. D. N. surgiu como um momento de restauração democrática com o lema o preço da liberdade é eterna vigilância.

Duas vezes ela alimentou os comícios eleitorais com a força do idealismo de seu patrono e candidato nacional; o Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes.

Duas vezes nas campanhas 1945 e 1950, amargou a derrota; não contribuiu para fortalecer a democracia.

Em suas fileiras há valores, excepcionais valores humanos que honram a vida partidária de qualquer Nação.

Convencida, diante da tragédia quase submergiu o país; de que seria possível realizar as reformas dispensáveis à moralização do sistema eleitoral, numa competição de "le tudo" a que sempre se reduzem nossas campanhas políticas bateu-se UDN pela tese da união nacional pondo-se a escolher um candidato conciliável nas fileiras de outros tidos ou mesmo fora dos quadros partidários.

Foi árdua e incombrecenda a luta e espera caminhada. Inúteis todos os esforços conciliatórios.

Baldados todos os seus empenhos união nacional. apoiamos a candidatura do General Juarez Távora candidato que, em nosso entender, melhor atende as necessidades políticas administrativas do país.

Olhemos, de relance, um trecho passado. Fêz-se a Revolução de 1 com o binômio — Representação Justiça. Nenhum de nós, esqueçamos o que era a sordidez irreparável do regime das atas falsas, que políticos não melhoraram a desda advertência do grande Ant-Carlos: "façamos a Revolução a que o povo a faça".

Instituiu-se um Código Eleitoral o voto secreto para a eleição do titular de 1933.

Interrompeu-se a prática do sistema democrático, com o golpe de novembro de 1937.

Depois veio a longa noite do Tenda Novo, as trevas da única ditadura, a macular a invariável tradição constitucionalista do Brasil Império e do Brasil-República. Em consequência desta única exceção autoritária e totalitária na vida nacional, vimos o triste resultado da "geração proscrita" que foi a despreparação de outros líderes e a desorientação e a inadequação dos novos dirigentes da Pátria.

A nova lei eleitoral, por motivos de origem e razões de muitos conhecidos favoreceu o suborno e não obviou a corrupção. Tão pouco freiou a influência do poder econômico. E o que foi pior — pululou e surgiu dos arcanos da fraude a viciosa e torpe dinamização do eleitorado fantasma.

Muitos candidatos vieram para os pleitos, como paraquedistas, estribados tão só na força do dinheiro mal havido fraudulentamente ganho. Houve até um governador de Estado presidente da seção estadual do partido majoritário do Brasil que não se pejou em praticar um provado peculato.

Os mais mobilizaram-se sempre na condenação da fraude. Lembrou-me bem que o "Diário Carioca" gritava, em suas colunas, "pedindo a anulação das eleições fluminenses".

De sua parte e com enorme destaque, o "Correio da Manhã" publicava uma relação dos municípios onde o número de eleitores era muito maior que o dos cidadãos alfabetizados — alarmantes.

Criou-se, por toda a parte e em quase todos os partidos uma clara consciência de reforma e de moralização do sistema eleitoral.

O Sr. Cunha Melo — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MAGALHÃES — Pois não, com prazer.

O Sr. Cunha Melo — As afirmações do "Correio da Manhã" já foram, em parte, contestadas pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Quando e onde, poderia V. Ex. informar?

O Sr. Cunha Melo — Li aqui no Senado o Boletim em que foi publicado.

Acórdão do Tribunal Superior Eleitoral sobre o assunto. Não esperava que V. Ex. tratasse da matéria nesta sessão; mas amanhã trarei o Boletim para o exame de V. Ex.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Terei grande satisfação em compulsar esse Boletim; no momento, a palavra o nobre colega é suficiente para mim. (Continuando a leitura)

Não fomos nós, udenistas, os únicos a sentir e proclamar a gravidade desta situação.

Foi o próprio Superior Tribunal Eleitoral quem tomou a iniciativa de organizar um projeto de reforma da lei eleitoral, que o Poder Executivo submeteu ao Parlamento.

Há anotar que depois do último leito de 3 de outubro de 1954, representantes de todos os partidos, todos sem exceção — proclamavam, na imprensa e nas tribunas, a necessidade da reforma da lei eleitoral.

O ponto fundamental da reforma proposta pelo Superior Tribunal Eleitoral seria a adoção da cédula oficial, qual foi repelida, infelizmente, por mesquinhos interesses partidários e abstratas considerações de campanha.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

Sr. Bernardes Filho — V. Ex. está vendo o caso da cédula oficial e, a meu ver, adotando critério de ordem geral para aqueles que, por isto ou aquilo, não são pela cédula oficial, o que me parece injusto. Já tive oportunidade de nesta Casa, declarar-me favorável à instituição da cédula oficial. Apenas discordei de sua aplicação nesta oportunidade. Quem assim coloca o problema, positivamente não

pode ser arrolado como V. Ex. tendo interesses mesquinhos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Meu julgamento sobre o conceito geral da aprovação ou desaprovção da cédula oficial, infelizmente, e o que afirmo em meu discurso: foram interesses mesquinhos de campanários que determinaram a rejeição de medida que viria sanear as eleições no Brasil.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex. insiste na afirmação. Pergunto, então, se me julga capaz de interesses mesquinhos ao fazer essa declaração.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex., como de resto todos os companheiros do Senado merece toda a minha consideração. O fato, porém, não invalida a afirmação que faço.

O Sr. Cunha Melo — O direito que V. Ex. tem o de atribuir interesses mesquinhos a nós que votamos contra a cédula oficial, deve ser igual ao nosso de também julgarmos mesquinhos os interesses daqueles que se manifestaram favoráveis à cédula oficial.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Evidentemente. Não deixarei de reconhecer esse direito a V. Ex. Apenas, faço julgamento para a história.

O Sr. Bernardes Filho — Eu, por exemplo, se V. Ex. permite, contrariaria a seguinte: por que, os de hoje partidários da cédula oficial não se lembraram de instituí-la antes de posta a questão dos candidatos. Por que logo depois do 24 de agosto não surgiram iniciativas parlamentares nesse sentido? Por que só se lembraram depois de apresentados os candidatos? Essa a restrição que tenho o direito de opor.

O SR. JURACY MAGALHÃES — A resposta ao aparte de V. Ex. já está na minha declaração. Qualquer parcialidade dessa providência é atenuada diante do fato da medida haver sido proposta pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Vê, assim, V. Ex., que seu aparte fica inteiramente invalidado.

O Sr. Bernardes Filho — Absolutamente. Para mim não há Presidente de Tribunal ou Presidente da República intangível. O fato de terem um pronunciamento não quer dizer que seja uma sentença ou se transforme em dogma. Sou Senador da República e do que afirmar o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral poderei discordar sem que nisso vá qualquer desrespeito.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Sim; mas V. Ex. tem o dever de agir em função dos interesses de seu Partido e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral não pode adotar atitude facciosa. A não ser que o nobre colega traga a esta Casa fatos demonstrativos dessa facciosidade, não a posso aceitar.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex. vai ter a gentileza de me ouvir: Não há nas minhas declarações algo que faça suspeitar facciosismo por parte do Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Estamos de pleno acordo.

O Sr. Bernardes Filho — Se o Presidente do determinado Tribunal fez qualquer sugestão, podemos dele divergir, sem que esse fato o incrimine de faccioso.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Entendo, V. Ex., não o considera intangível.

O Sr. Bernardes Filho — Essa a primeira parte. O fato de S. Ex. ter uma opinião não faz com que eu a considere dogma, e seja obrigado a adotá-la.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Ninguém a considera dogma.

O Sr. Bernardes Filho — Passemos, agora, à segunda parte: a de ser ou não faccioso. É questão muito relativa.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Perfeitamente.

O Sr. Bernardes Filho — Pode V. Ex. estar defendendo ponto de vista sinceramente convencido de que é

o certo e não ter facciosismo. Para mim, faccioso é aquele que defende qualquer coisa de má fé.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Sim; mas como advogado, V. Ex., muitas vezes pode defender uma causa, a qual não está de acordo. Falo porque é seu dever. O nobre colega já deve ter-se encontrado nessa situação.

O Sr. Bernardes Filho — Confesso a V. Ex., que dificilmente aceito causa em que não sinta, pelo menos, entusiasmo inicial por força de relativa razão que tenha meu constituinte.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Tenho ouvido de vários líderes parlamentares, ao deixarem a tribuna a seguinte frase: "Fiz o que meu Partido me mandou fazer, mas essa não é minha convicção".

O Sr. Cunha Melo — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Permite.

O Sr. Cunha Melo — É muito louvável haja o Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral apresentado ao Congresso sugestões para a reforma eleitoral. O censurável é haver S. Ex. se exaltado tanto nas sugestões que ofereceu, pretendendo passar de juiz a legislador. Era o que tinha a dizer a V. Ex.

O SR. JURACY MAGALHÃES — É verdade que não ousei contestar.

Não conheço pessoalmente sequer o Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, mas devo, dizer a V. Ex., que, normalmente, nas causas em que meu Partido tem estado interessado, especialmente na Bahia, não tem S. Ex. demonstrado qualquer facciosismo.

O Sr. Cunha Melo — O nobre colega quer levar-me a um terreno ingrato a que talvez possa chegar, mas no momento não o desejo.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pode V. Ex. chegar até lá. Não me interessam terrenos. Onde o nobre colega for ir com muito prazer. Esteja certo de que meu lugar jamais ficará vago.

O Sr. Cunha Melo — Não estou atribuindo facciosismo ao Presidente do Superior Tribunal Eleitoral. V. Ex. está tomando a nuvem por Juno ao contrário, louvo sua atuação em superir ao Congresso Nacional determinadas providências para Reforma Eleitoral. Não louvo, porém, a exaltação demonstrada em defesa dessas sugestões, pretendendo transformar-se de Presidente do Superior Tribunal Eleitoral em verdadeiro legislador ao querer que o Senado e a Câmara dos Deputados recebam integralmente suas sugestões. Este o aparte que dei a V. Ex. e peço assim o compreenha.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Compreendi perfeitamente o aparte de V. Ex. Não concordo, porém, em que se atribua ao Presidente do Superior Tribunal Eleitoral a pretensão de interferir nas nossas decisões.

O Sr. Cunha Melo — Eu atribuo.

O SR. JURACY MAGALHÃES — É um direito de V. Ex., mas, com sua exclusiva responsabilidade. (Continuando a leitura).

Sr. Presidente, dizia eu, o Senado porém, reagiu com plena consciência de seus deveres, inclusive com o apoio da maioria dos Senadores trabalhistas. Vencidas todas as procrastinações, seguiu para a Câmara dos Deputados o Projeto número...

Vale lembrado que naquela Casa do Parlamento somente uma insignificante maioria de votos evitar a adoção, pela Câmara, da medida julgada necessária, oportuna e mesmo inadiável pelo órgão insuspeito do S.T.E.

Mobilizou-se de novo a opinião pública, na imprensa, no parlamento, nos comícios eleitorais, chamando por uma retificação de atitude da corrente majoritária no Parlamento a qual, inexplicavelmente, tinha em negar uma medida de moralização do processo eleitoral.

As vozes insuspeitas e autorizadas dos paizes, bem como as vozes dos políticos previdentes e avisados, juntaram-se o patriotismo e a clari-vidência da voz de uma Eminência o Cardeal D. Jaime Câmara e a palavra bem informada dos honrados Ministros das Pastas Militares.

No íntimo daquela voz e na estrutura daquelas palavras, nenhuma coação. Nada, nada de coação.

Simples e salutar advertências e nada mais. O povo será sempre o árbitro de nossas contendas.

Senhor Presidente:

Essas simples e salutar advertências, enunciadas com simplicidade, proferidas com o mais alto patriotismo, deu margem a agressões "au rebour du bon sens" por parte de certo matutino, cruel, desalmado e conscientemente injusto em suas campanhas, do passado e do presente, contra cidadãos que engrandeceram a Pátria.

Refiro-me ao "Correio da Manhã" que, em sua edição de ontem e sob o título "Não admitimos ultimato dos ministros militares", repetiu o seu mesmo estilo de sempre, de insultar e caluniar e quantos não participem ou contrariem os seus objetivos.

Não nos olvidemos que se trata do órgão do famigerado "figado podre", e que não hesitou em escrever na mesma primeira página e com igual veemência o mesmo chorrilho de misérias e de infâmias de que se serviu no caso das "cartas falsas", com que conscientemente, conseguiu cindir e dividir as nossas gloriosas forças armadas, levando-as à luta fratricida como já o fizera provocando a indefensável revolta contra a adoção da vacina obrigatória.

A catilinária da edição de ontem exorbita tudo quanto se possa, perversamente desrimosamente, alinhar no propósito de desmoralizar os chefes das nossas forças armadas e incompatibilizá-las com o Parlamento e o povo brasileiro.

Sr. Presidente:

Neste instante faço questão de afirmar que me olvido completamente da honra de vestir uma farda ao Exército Brasileiro. Falo, neste momento, tão só na minha condição de delegado do povo no Senado Federal e em caráter estritamente pessoal.

Quero recordar neste instante, um pensamento de Salomão, no Eclesiastes: — "Omnia tempus habent". Todas as coisas têm seu tempo.

Muitas e repetidas vezes tenho sido ofendido e caluniado por gratuíta e insólita campanha difamatória, do inveterado difamador que sempre foi o "Correio da Manhã".

Deixei passar o tempo, deixei correr muito tempo à espera de uma oportunidade em que eu não estivesse diretamente em causa, para repelir a descalabrada pretensão de um "alay-boy", debilitado pela incontinência no uso do álcool que o levou ao derroto estúpido de pretender tutelar a política nacional e internacional do Brasil.

Felizmente, para a nossa terra, o Brigadeiro Eduardo Gomes resistiu à pressão de alguns dias de um falso amigo, que pleiteava o seu apoio a um sucedâneo inadequado ao projeto da cédula oficial.

Repetiu-se com Eduardo Gomes o que sempre se verificou na história progressa daquele matutino.

Quando quaisquer homens públicos, ou chefes militares opinam no sentido de uma linha política que convém a certos agrupamentos partidários, tudo está OK, tudo está perfeito. Mas quando, inspirados pelo patriotismo e imparcialidade de suas posições pronunciavam-se num rumo diferente tornam-se alvo das mais inanimáveis difamações.

O resultado, como se viu foi o insolente artigo de ontem, em que as classes armadas foram duramente atingidas.

Não houve, como jamais poderia haver nenhuma pressão sobre o Se-

nado na votação do projeto n.º 15 de 1955 da cédula oficial.

Assim também deveria proceder a egrégia Câmara dos Deputados, em sua soberania, não se deixando sensibilizar pela propaganda de que foi arauto o jornal herdado pelo Sr. Paulo Bittencourt.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Fui um dos que votaram a favor da cédula oficial. Desconheço qualquer pressão nesse sentido.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Agradeço o aparte do nobre colega. Acredito não haver qualquer companheiro que tenha votado a favor ou contra a cédula oficial, por pressão das Forças Armadas ou de quem quer que seja. Temos dignidade cívica, sabemos cumprir com o nosso dever. É uma insinuação iníqua. A razão de ser do meu discurso é no sentido de a Câmara dos Deputados para que não se deixe suggestionar por essas insinuações velhacas. Deve votar tranqüilamente de acordo com a sua consciência.

O Sr. Heitor Medeiros — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Heitor Medeiros — Iniciou o nobre colega seu discurso dizendo que a palavra dos Chefes Militares fora de advertência ao Parlamento. Há dias o nobre Senador Lima Teixeira ao ocupar a tribuna, leu artigo da Constituição em relação aos deveres das Forças Armadas. Viu-se mesmo obrigado a dizer que não havia nenhum mal em ler aquelas normas.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex.ª está equivocada. Se ler o discurso do nobre Senador Lima Teixeira, verá que não houve tal aparte. O calor da discussão levou-o à errada interpretação.

O Sr. Heitor Medeiros — Absolutamente.

O Sr. Lima Teixeira — Peço ao nobre orador licença para explicar essa parte. Efetivamente, quando eu lia as Arts. 176 e 177 da Constituição que definem os deveres das Forças Armadas, o nobre Senador Freitas Cavalcanti perguntou se o fazia para conhecimento das Forças Armadas. Respondi-lhe que estava lendo para todo o povo brasileiro. Ignorava — só agora estou sabendo — que ler disposições da Constituição era incentivar o golpe. Há pois fundamento na informação prestada pelo Senador Heitor Medeiros.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Quem falou estar V. Ex.ª incentivando o golpe?

O Sr. Lima Teixeira — Ninguém. O nobre Senador Freitas Cavalcanti, como já disse, perguntou se eu estava lendo a Constituição para conhecimento das Forças Armadas.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Cavalcanti que melhor poderá esclarecer esse ponto.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Deixei a presidência da Casa que eventualmente ocupava face a rápido afastamento do nosso eminente Presidente, para participar do debate, à margem do discurso proferido pelo nobre Senador Juracy Magalhães. Meu nome é invocado a respeito de aparte que teria dado no curso da discussão aqui travada na sessão do dia 18 último. Creio que a oração proferida pelo líder do Partido Trabalhista Brasileiro ainda não foi publicada no Diário do Congresso. Em suas mãos estão as provas taquigráficas com os inúmeros apartes dados à margem daquela fala, em nome de seu Partido. Lembro-me que a certa altura o nobre Senador Lima Teixeira exibiu exemplar da Constituição e

leu vários artigos, entre os quais o que conceitua função constitucional das Forças Armadas, como órgãos permanentes, às quais incumbe a defesa das instituições democráticas, da ordem e da soberania nacional. Nessa oportunidade indaguei do nobre Senador Lima Teixeira se com aquela leitura, pretendia relembrar às Forças Armadas suas atribuições constitucionais. Espero que essas palavras estejam no texto do discurso do honrado líder do Partido Trabalhista, de acordo com as que aqui pronunciei. Se não forem absolutamente iguais, ficam todos certos de que esse era o meu pensamento.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Foi exatamente essa a intenção que fiz do aparte de V. Ex.ª, a saber, dito que agora o assunto esteja perfeitamente esclarecido para o honrado Senador Lima Teixeira.

O Sr. Heitor Medeiros — Perdão o nobre orador, mas desejaria dizer, ainda, que o estado de espírito de quem leu o editorial do "Correio da Manhã", poderia conduzir às interpretações que se fizeram. Quanto a mim, parece mais que o referido matutino parodiou o Sermão do Profeta quando disse que "o pai de família, se houvesse de vigiar de noite, vigiaria sempre, sua casa para que não fosse roubada". Não vi insulto nas palavras desse editorial às Forças Armadas, senão o cumprimento do Sermão Profético alertando a nação, com a responsabilidade de órgão de imprensa que duas vezes consecutivas defendeu brilhantemente a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Nele percebi apenas o espírito de uma advertência e não insulto. Talvez tenha havido veemência na apreensão, mas creio que insulto não houve.

O SR. JURACY MAGALHÃES — A intenção de V. Ex.ª é muito clara e faz honra à sua reconhecida inteligência.

O Sr. Heitor Medeiros — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Devo, entretanto, dizer a V. Ex.ª que se fosse mais familiarizado com a nossa formação profissional, verificaria que uma coisa que o militar não esquece nunca, em qualquer circunstância: é o pleno conhecimento da missão que desempenha. Realmente, não precisamos que ninguém nos lembre o que o povo brasileiro determina na soberania da letra constitucional. Acho, entretanto, perfeitamente razoável que se critique um Ministro por opinião política expandida. O que não posso tolerar é que se esteja, como o Sr. Paulo Bittencourt, procurando obter o pronunciamento de um Ministro de Estado, em determinado sentido, e como esse pronunciamento não tenha sido de acordo com a previsão, se manifeste, não mais advertindo, mas procurando colocar mal, perante o povo brasileiro, dirigentes das Forças Armadas.

O Sr. Heitor Medeiros — Justamente nesse ponto é que não percebo insulto. Talvez uma sensibilidade maior confundiu advertência com insulto.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Há sensibilidade, realmente, e muito razoável, por estar disfarçado o verdadeiro sentido do artigo.

O Sr. Heitor Medeiros — Já ouvimos a palavra autorizada do nobre Senador Argemiro de Figueiredo, falando em nome da União Democrática Nacional, e sua Ex.ª declarou, peremptoriamente, — ser necessário afastar a questão da cédula oficial da consciência de todos, pois mesmo que o Parlamento a rejeite, não haverá golpe. Esse o pensamento da União Democrática Nacional.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Não se modifique em nada a opinião do Partido. Devo dizer a V. Ex.ª que começo a crer em segundas intenções quando algum companheiro me perguntava se já dera a outro a hora do

golpe. É natural, minha irritação neste momento. Visto não ser mais concebível atribuir-se à União Democrática Nacional, o intuito do golpe. Meu Partido, pela palavra autorizada de todos os seus líderes, tem condenado o golpe em termos idênticos aos de qualquer outra agremiação política. Pergunto ao nobre colega, Senador Heitor Medeiros: Já ouviu, de algum de nós, qualquer declaração no sentido de golpe?

O Sr. Heitor Medeiros — Absolutamente. Lembre-me, apenas nas palavras do nobre Senador Argemiro Figueiredo.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Que V. Ex.ª repete, a título de propaganda. Não é justo. V. Ex.ª pode estar servindo ao seu Partido, mas evidentemente está desservindo ao Brasil.

O Sr. Heitor Medeiros — Absolutamente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Se V. Ex.ª sabe que a UDN é contra o golpe por que insinua o contrário? Quem ler a Ata taquigráfica verá que a opinião de V. Ex.ª foi no sentido de que eu estava modificando o pronunciamento do nobre Senador Argemiro Figueiredo.

O Sr. Heitor Medeiros — Foi na questão da cédula oficial que o nobre Senador Argemiro Figueiredo teve essa oportunidade.

O SR. JURACY MAGALHÃES — A adoção ou rejeição da cédula oficial nada tem com o golpe.

O Sr. Heitor Medeiros — Justamente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O que pleiteio, da Câmara dos Deputados, é que aja como o Senado, com absoluta isenção, sem nenhuma preocupação de atender a supostas coações ou preconceitos.

O Sr. Heitor Medeiros — O pronunciamento da imprensa foi justamente porque percebeu, nas palavras dos Chefes Militares, inclinação pela cédula oficial, como se a falta de adoção da medida determinasse alteração da ordem e das instituições. Assim a imprensa interpretou, notadamente um jornal, cujo diretor foi eleito pelo Partido de V. Ex.ª. Sou, porém, o primeiro a reconhecer que o Partido a que V. Ex.ª pertence não espone as idéias pregadas por ele, inclusive as que expende da tribuna da Câmara dos Deputados.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Cunha Melo — V. Ex.ª afirmou que os militares têm perfeito conhecimento do que lhes cumpre.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Nós militares, não perdemos jamais o sentido da nossa missão. Gravarmos, quando recebemos a missão, procuramos guardar em nossa consciência o que devemos fazer, sejam quais forem as circunstâncias.

O Sr. Cunha Melo — Estou de acordo com as afirmações de V. Ex.ª, que são louváveis e engrandecem todos os militares. Pergunto, porém, se é privilégio dos militares, ou se V. Ex.ª julga que o Poder Legislativo também não tem noção exata do que lhe cumpre fazer.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Evidentemente, não é privilégio, nobre colega.

O Sr. Cunha Melo — É que o nobre colega apresenta a questão como se apenas os militares é que têm noção de dever a cumprir.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Perdoo-me, mas a pergunta que me fez não honra a inteligência de Vossa Excelência.

Não houve a menor restrição à liberdade do Senado de proceder como quisesse, de agir como entendesse, de dizer o que lhe aprouvesse.

O Sr. Cunha Melo — A minha inteligência, na sua fraqueza me levou a pedir esclarecimentos a V. Ex.ª. Aliás, essa questão de inteligência não é privilégio meu. Talvez de V. Ex.ª.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Quis dizer que a pergunta de V. Ex.ª não lhe fazia honra, porquanto estou habituado a ver as intervenções de V. Ex.ª sempre com a maior clareza, a minha afirmação ao dizer que os militares têm completa noção do que seja seu dever não invalida, absolutamente, que todos os brasileiros de outras classes tenham igual noção de responsabilidade no cumprimento de dever.

O Sr. Cunha Melo — Foi o que quis ouvir da palavra sábia de V. Ex.ª.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex.ª me conhece há muitos anos. Não podia esperar de mim outras respostas.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Li o editorial a que V. Ex.ª se refere. Evidentemente, é artigo veemente, mas não por isso devemos chegar à conclusão de que seja ofensivo às Classes Armadas. Estamos numa democracia. Naturalmente, a imprensa livre pode manifestar-se. Também devo dizer a Vossa Excelência, à bem da verdade, que não houve qualquer intenção do Senado para se manifestar desta ou daquela maneira. Julgo que o editorial do "Correio da Manhã" foi tão somente oriundo da circunstância de ter havido pronunciamento dos Chefes Militares em torno da cédula oficial.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O meu juízo é completamente diferente do de V. Ex.ª.

O Sr. Lima Teixeira — O "Correio da Manhã" quis ressaltar as prerrogativas dos Poderes, quer Executivo, quer Judiciário, quer Legislativo.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Na minha opinião, o Sr. Paulo Bittencourt procura obter apoio do Parlamento para uma fórmula que ele sugeriu, a fim de aparecer perante a opinião pública como um vitorioso cuja validade moribunda, muitas vezes inspirada pelo êxcol.

Sr. Presidente, vou concluir minhas considerações.

O SR. JURACY MAGALHÃES (Lendo) — "Senhor Presidente, Fiel à minha linha de servidão da Democracia, terminarei este meu discurso com umas palavras que ouvi Spaak, o ilustre ministro belga, chefe da delegação do seu país à III Assembleia Geral da ONU, advertindo a potência sobre a necessidade de mudar de atitude, em face de acontecimentos que se desenvolviam na política internacional. Também nós, lógicos, não devemos estimular ou rar a persistência com que se pretende dividir as forças armadas e incapacitar os seus chefes com a missão pública brasileira.

É infecundo colocar Constituições balonetas em posições antitéticas, direito sem a garantia da força é pura ficção. Na hora presente, rei rei com Spaak: "Ce ne't pas tard, ce n'est pas trop tard, mais esse teps".

Não é demasiado tarde, mas tempo de, sem coações, ou pressões, adotarmos as medidas necessárias à salvaguarda e aperfeiçoamento das instituições democráticas, ao certo e tempestivamente (Muito muito bem. Palmas. O orador é prímto).

COMPARECEM MAIS OS SENADORES:

Prisco dos Santos, Sebastião Arêda Leão, Mendonça Clark, João Ardemiro de Figueiredo, Lual Fontes, Ari Viana, Paulo Fernandes, Coimbra Bueno, Alberto Passini (11).

DEIXAM DE COMPARECER SRS SENADORES

Waldir Bonhid, Apolônio Sales, ees Filho, Jarbas Maranhão,

Palmeira, Lúcio Bittencourt, Cesar Vergueiro, Moura Andrade, Domingos Telasco, Othon Müder, Moisés Lupion, Gomes de Oliveira, Saulo Ramos, Armando Câmara (15)

Durante o discurso do Sr. Juracy Magalhães, o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da presidência que é sucessivamente ocupada pelos Srs. Freitas Cavalcanti e Carlos Lindemberg.

O SR. PRESIDENTE:

Não há outro orador inscrito. Vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1. — Votação, em 1.ª discussão, do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao art. 78 da Constituição Federal, tendo parecer contrário. Sob n.º 893, de 1955, da Comissão de Reforma Constitucional.

2. — Discussão única da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 994, de 1955, do Projeto de Lei da Câmara 129, de 1955, que revigora até 1958 o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de setembro de 1952, para atender às despesas do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a Sociedade Générale de Instructions Electriques et Mécaniques Alsthom e a Empresa Construtora Ernesto Woebcke S. A.

3. — Discussão única da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 995, de 1955, do Projeto de Lei da Câmara 135, de 1955, que concede à Sociedade Médica de Uberlândia o auxílio de Cr\$ 200.000,00, para a realização do 7.º Congresso Médico do Estado de Minas Gerais e do Brasil Central e das outras providências.

4. — Discussão única da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 996, de 1955, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Construtora Irmãos Figueira para construção dos prédios anexados às Agências Postais-Telegráficas de Afonso Cláudio, Aimorés, Ieta, Conceição da Barra, Guanhães, Itaguaçu e Santa Leopoldina, sob a Diretoria Regional do Rio Santo.

5. — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 1953, relativo à Câmara dos Deputados, que aprova a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em 1948, por ocasião da Conferência Internacional de Salvaguarda da Vida Humana no Mar, e assinada em 1948, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 899, de 1953; da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 900, de 1954; e da Comissão de Portos, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 900, de 1955.

6. — Discussão única do Projeto de Lei n.º 11, de 1955, oferecida pela Comissão Diretora, que

prorroga o prazo estabelecido no artigo 56 da Resolução n.º 4, de 31 de janeiro de 1955 (Regulamento da Secretaria do Senado), tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 953, de 1955, pela constitucionalidade.

8. — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 38, de 1952, que modifica o art. 8.º da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951 (no tocante às condições que o advogado deve preencher a fim de ser nomeado desembargador), incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 91, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 370, de 1955, do Sr. Senador Guilherme de Albuquerque, aprovado na sessão de 18 de maio em curso, e dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

9. — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1955, que denomina "Refinaria Landulpho Alves" a Refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 951, de 1955, favorável, quanto à constitucionalidade e à conveniência.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR APOLONIO SALES NA SESSÃO DE 17 DE AGOSTO DE 1955

O SR. APOLONIO SALES:

Sr. Presidente, ocupo a tribuna do Senado para fixar um fato que, a meu ver, merece a atenção do povo brasileiro, porque diz muito bem da sensibilidade de sua alma, sempre atenta às conquistas do espírito e da civilização.

Quando da última Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, o delegado brasileiro, Senhor Rego Monteiro, teve oportunidade de defender os pontos de vista do Brasil no tocante a determinado aspecto da legislação do trabalho, que, há longo tempo, vinha merecendo a atenção dos membros daquela assembléia e do mundo inteiro.

Refiro-me à abolição das odiosas sanções penais, aos trabalhadores, de significado muito além dos sofrimentos impostos aos faltosos, pois tinham o sentido de verdadeira privação de liberdades, tão extensa que se poderia traduzir simplesmente pelas palavras — escravatura do Século XX.

Sr. Presidente, o Dr. Luiz Augusto do Rego Monteiro, que tantas vezes compareceu à Conferência Internacional do Trabalho, tem, agora, satisfação de trazer ao país a notícia da atuação e vitória do Brasil no sentido de ser abolido, por uma convenção internacional, o castigo físico, a sanção penal, pelo não adimplemento de deveres enquadrados meramente na orla civil.

Não foi fácil essa batalha. Sempre que se reunia a Conferência, havia a recomendação da abolição do trabalho escravo nas zonas de colonização, mas, invariavelmente, tudo não passava de recomendações e decisões protelatórias.

Agora, após controvérsias, sem dúvida brilhantes, sustentadas pelo nosso delegado, inclusive na própria Comissão, no meio de intensos debates, vemos que, pela maioria de apenas dois votos, ficou decidido por — se um paradeiro a regime como esse, tão próximo da escravatura, por nós banida em 1889.

Sr. Presidente, é de lembrar-se a delicadeza de tais assuntos nas conferências internacionais. Frequentemente, aos representantes dos diversos países não é dado guiar-se pelo coração; têm de adstringir-se às circunstâncias, de caráter local; e muitos, embora afins com o pensamento de outros,

não os podem apoiar com a clarividência e o acerto reclamados.

Felizmente, porém, nesse ensejo, assim não aconteceu. Não somente se travou, na sua reunião, pleno debate em torno de todos os prós e contras da abolição do nefasto sistema da punição física do trabalhador — debate sem dúvida ilustrativo e digno da era em que vivemos — mas houve, também, a decisão, por maioria absoluta, de imediatamente fixar-se o prazo de um ano para o término de regime tão condenado.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.ª dá licença para um aparte?

O SR. APOLONIO SALES — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — E o Brasil nesse resultado, teve grande expressão, por ter sido seu ponto de vista defendido pelo Senador Waldemar Pedrosa.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço o aparte do bravo companheiro e adianto-lhe que era minha intenção fazer um fustigante, esclarecendo que a tese de impedir-se a punição das faltas ao trabalho com castigos físicos, não foi defendida apenas pelo Senhor Rego Monteiro, mas encontrou magistral intérprete no nosso brilhante colega Senador Waldemar Pedrosa, que aqui teve oportunidade de mostrar as razões filosóficas e humanas em que se baseava o seu trabalho, ora coroado de êxito.

O Sr. Cunha Mello — Folgo muito em ouvir as palavras de V. Ex.ª, que afinal de contas, resultam em homenagem a um representante do Amazonas nesta Casa.

O SR. APOLONIO SALES — Comungo com o regozijo de V. Ex.ª, porque, na verdade, o Senador Waldemar Pedrosa, além de representante de um Estado do Norte, é meu amigo pessoal, a quem rendo homenagem desta tribuna.

Sr. Presidente, estamos de parabéns verificando que esse é o pensamento do Brasil; e temos a alegria de registrar que foi um delegado brasileiro, homem de vida moral inatacável e de cultura reconhecida por todos, o Senhor Rego Monteiro, que impediu se protelasse mais uma vez tão humana solução do problema, trazendo, como louros da sua participação nessa Conferência Internacional do Trabalho, o resultado a que todos aspirávamos e pelo qual tanto ansiávamos.

O Sr. Cunha Mello — O trabalho do Senador Waldemar Pedrosa refere-se à extinção dos castigos corporais nas colônias e possessões estrangeiras.

O SR. APOLONIO SALES — Felizmente, apenas em colônias havia o castigo corporal como punição pela falta ao trabalho. Quarenta e um votos contra trinta e oito foi o score na Comissão, enquanto no Plenário houve 206 a favor e apenas um contrário. Verificaram-se somente três ou quatro abstenções, o que revela como estava no desejo de todos, conceder-se o que se pedia, e quão difícil era, para muitos, renunciar às suas posições, por circunstâncias, provavelmente locais, a custo compreensíveis numa conferência.

Tudo isto, Sr. Presidente, serve para ressaltar a atuação do Brasil numa hora como esta em que o mundo inteiro aspira pela liberdade; aspira por uma paz duradoura que nunca poderá ser duradoura, se não quando repousar sobre a justiça. Enquanto houver em nações, poderosas ou humildes injustiças a sanar, a paz não terá durabilidade; será sempre ameaçada pela insubmissão das aspirações humanas, mais poderosas do que as mais poderosas forças naturais.

Feliz o país que pode contribuir para afastar de vez do mundo inteiro — pelo menos do mundo civilizado — as injustiças. E não haveria injustiça mais clamorosa para o coração dos brasileiros do que saber existir ainda por aí fora o castigo físico nas colônias ou possessões, como punição de faltas que devem ser resolvidas por

meio de um entendimento, dentro da justiça social para a qual todos trabalhamos.

O Sr. Vivaldo Lima — Nossas delegações pleiteavam justamente a humanização da justiça.

O SR. APOLONIO SALES — Diz V. Ex.ª muito bem. Nossas delegações sempre pugnaram pela humanização da justiça, e é por ela que todos nós no Senado acompanhamos com satisfação a atuação do ex-Senador Waldemar Pedrosa, nosso delegado. Aplaudimos agora o fato de também um delegado brasileiro culto e ardoroso trazer para o Brasil a notícia alvargreira de que no mundo já se marcou um paradeiro para o castigo corporal.

O Sr. Vivaldo Lima — Interpretaram fielmente o pensamento do povo brasileiro, por índole humanitária.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço a V. Ex.ª, que exprime realmente o pensamento do povo brasileiro, de regozijo, nesta hora acaba de ser anunciado. (Muito bem! Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR APOLONIO SALES NA SESSÃO DE 17 DE AGOSTO DE 1955

O SR. APOLONIO SALES:

(Para declaração de voto) — Senhor Presidente, votei contra a emenda muito a contra gosto, de vez que teria sido atendido o pensamento do legislador se, em tempo, houvessemos feito a correção que estava na vontade de todos os Senhores Senadores se fizesse ao projeto.

Infelizmente, por um motivo ou outro, tentou-se corrigir o defeito da lei, somente quando não mais era possível fazê-lo, valendo-se da possibilidade de uma emenda de redação.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Há caso idêntico, e o precedente foi por mim reportado na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª.

Entendendo, Sr. Presidente, que o procedimento não era aconselhável, sobretudo por julgar que os maus precedentes não devem ser seguidos, não quis, com meu voto, apoiar a emenda.

Simultaneamente, devo dizer que há no projeto, o art. 21, de início redigido em termos de absoluta justiça, incluindo não somente os assistentes mas, os assessores, que exercem o mesmo cargo.

Acontece, Sr. Presidente, que o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, o nobre Senador Joaquim Pires, quando da discussão do projeto, pensou em aperfeiçoar-lhe a redação, configurando os interesses das diversas emendas, numa subemenda. Esse propósito S. Ex.ª mesmo o confessou em carta dirigida ao Senado, pela qual se verifica serem no pensamento de S. Ex.ª, assessores e assistentes uma e a mesma coisa.

Assim também pensava e penso eu. Não obstante, não poderia eu votar emenda de redação que viesse a corrigir projeto como esse, de vez que, como declarou V. Ex.ª, Sr. Presidente, não cabe emenda de redação após consideração encerrada a discussão.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Ex.ª um aparte?

O SR. APOLONIO SALES — Com todo prazer.

O Sr. Cunha Mello — Faço minhas as palavras de V. Ex.ª. Aliás, os apêndices que del ao nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti tiveram e têm esse sentido. A lei poderá ter incorrido em omissão, deixando de incluir os funcionários a que V. Ex.ª alude. Mas essa omissão não pode ser reparada por ocasião da redação final. Este é meu ponto de vista.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª.

Sr. Presidente, parece-me, que, sobretudo no caso dos assessores, não somente não caberia mais emenda

como, creio mesmo, a interpretação administrativa deve ser no sentido de se cumprir o pensamento do legislador.

Era o que tinha a dizer, como declaração de voto. (Muito bem; Muito bem!)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA, REUNIÃO DE 16-8-55 (D.C.N. DE 20-8-55) QUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

A Comissão Diretora, em reunião de 16 de agosto do corrente, resolveu.

— promover, por merecimento, Clemente Watzl, ao cargo de Diretor de Serviço, padrão PL 2, vago em virtude da aposentadoria de Braz Nicola Jordão.

Trechos do discurso pronunciado pelo Sr. Senador Apolônio Salles na sessão de 19 de agosto de 1955, (D.C.N. de 20-8-55) que se reproduzem por terem saído com incorreções.

O SR. APOLONIO SALLES — Diz bem V. Exa. mas, por feliz coincidência não houve essa mudança, por-

que os abundantes elementos não convenceram aqueles que tinham tomado posição quanto ao novo projeto da cédula oficial.

O Sr. Lima Teixeira — Inegavelmente, V. Ex.^a é homem independente, criterioso e de bravura pessoal.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre orador permite outro aparte?

O SR. APOLONIO SALLES — Com todo prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Confesso a V. Exa. minha ignorância, mas, nada conheço ainda sobre o Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Ruy Carneiro — É um grande administrador. — V. Exa. há de convir na enorme diferença entre os Ministério passado e a administração atual.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não há dúvida. A atuação do Sr. Eugênio Gudin foi por mim considerada, desde o começo uma calamidade. Afirmei sempre que S. Exa. era um desastre.